



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

# **MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO**

**A DESLOCAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO SAHEL**

**VICTOR CIOFFI NETTO SILVA**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR DOUTOR MANUEL ANTÓNIO DE MEDEIROS ENNES FERREIRA**

**JUNHO – 2025**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MASTER**  
**DEVELOPMENT AND INTERNATIONAL COOPERATION**

**MASTER'S FINAL WORK**  
**DISSERTATION**

**THE DISPLACEMENT OF THE INTERNATIONAL COOPERATION FOR  
THE DEVELOPMENT OF SAHEL**

**VICTOR CIOFFI NETTO SILVA**

**SUPERVISION:**

**PROFESSOR DOCTOR MANUEL ANTÓNIO DE MEDEIROS ENNES FERREIRA**

**JUNE - 2025**



## GLOSSÁRIO

ACP - Estados de África, Caraíbas e Pacífico

AES – Aliança dos Estados do Sahel

APE - Acordos de Parceria Económica

AQIM - Al-Qaeda no Magrebe Islâmico

CEAO - Comunidade Económica da África Ocidental

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CFA - Colónias Francesas da África

EAMA - Estados Africanos e Malgache Associados

FF - Franco Francês

G5S – G5 do Sahel

MNLA - Movimento Nacional de Libertação do Azauade

MUJAO - Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental

OEACP - Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico

ONU – Organização das Nações Unidas

TSM – Teoria do Sistema-Mundo

UE - União Europeia

UEMOA - União Económica e Monetária do Oeste Africano

## RESUMO

Após décadas de independência formal, os Estados do Sahel — Burkina Faso, Mali e Níger — permanecem entre os mais vulneráveis do mundo, com indicadores críticos em desenvolvimento, segurança e pobreza. Apesar de décadas de cooperação internacional com potências ocidentais, como França, União Europeia e Estados Unidos, os Estados do Sahel permanecem cativos das dinâmicas de dependência e estruturas neocoloniais, impedindo avanços substanciais no desenvolvimento destes países. A presente dissertação visa investigar a recente deslocação da cooperação internacional nesses países, marcada pela substituição de parceiros tradicionais por novos atores — Rússia, China e Turquia, principalmente — e analisa se essa transição representa uma ruptura com os padrões históricos de dependência. A investigação foi conduzida por meio de uma análise qualitativa fundamentada na Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein. A análise permite concluir que, embora os novos parceiros ofereçam alternativas ao modelo ocidental, as estruturas subjacentes de dependência persistem, agora reconfiguradas em novas formas de clientelismo e exploração. Assim, a “ruptura” em curso revela-se mais simbólica do que substancial, sem transformação das lógicas periféricas do sistema-mundo. Conclui-se que, sem mudanças estruturais internas e uma redefinição radical das relações internacionais, a busca por soberania e desenvolvimento autônomo no Sahel continuará condicionada por dinâmicas sistêmicas de dominação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Burkina Faso; Cooperação internacional; Desenvolvimento; Mali; Níger; Sahel.

**CÓDIGOS JEL:** F51; F52; F54; F55; N47; O15; O19; O55.

## ABSTRACT

After decades of formal independence, the Sahel states — Burkina Faso, Mali, and Niger — remain among the most vulnerable in the world, with critical indicators in development, security, and poverty. Despite decades of international cooperation with Western powers such as France, the European Union, and the United States, the Sahel states remain captive to dynamics of dependency and neocolonial structures, preventing substantial progress in their development. This dissertation aims to investigate the recent shift in international cooperation in these countries, marked by the replacement of traditional partners with new actors — primarily Russia, China, and Turkey — and analyzes whether this transition represents a break from historical patterns of dependency. The research was conducted through a qualitative analysis grounded in Immanuel Wallerstein’s World-Systems Theory. The analysis leads to the conclusion that, although the new partners offer alternatives to the Western model, the underlying structures of dependency persist, now reconfigured into new forms of clientelism and exploitation. Thus, the ongoing “rupture” proves to be more symbolic than substantial, without a transformation of the peripheral logics of the world-system. It is concluded that, without internal structural changes and a radical redefinition of international relations, the pursuit of sovereignty and autonomous development in the Sahel will remain conditioned by systemic dynamics of domination.

**KEYWORDS:** Burkina Faso; Development; International cooperation; Mali; Niger; Sahel.

**JEL CODES:** F51; F52; F54; F55; N47; O15; O19; O55.



## ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento teórico e conceitual.....	3
2.1. Teoria do Sistema-Mundo .....	3
2.2. Dependência .....	9
2.3. Desenvolvimento .....	9
2.4. Segurança.....	10
3. A inserção e dependência económica, comercial e financeira dos Estados do Sahel .....	13
3.1. A colonização dos Estados do Sahel .....	13
3.2. O Franco CFA .....	17
3.3. As independências .....	18
3.4. As Convenções de Yaoundé .....	20
3.5. As Convenções de Lomé .....	21
3.6. A Convenção de Cotonou.....	22
3.7. Estabelecimento de organizações regionais pós independência.....	23
3.8. A presença militar francesa no Sahel .....	25
4. Os casos do Burkina Faso, Mali e Niger .....	27
4.1. O caso do Burkina Faso.....	27
4.1.1. Contextualização .....	27
4.1.2. Cooperação ocidental .....	28
4.1.3. Golpes de Estado no Burkina Faso.....	28
4.1.4. Deslocação da cooperação no Burkina Faso .....	29
4.1.5. Dependência comercial.....	30



4.2. O caso do Mali.....	33
4.2.1. Contextualização .....	33
4.2.2. Cooperação ocidental no Mali.....	34
4.2.3. Golpes de Estado no Mali.....	36
4.2.4. Deslocação da cooperação no Mali .....	37
4.2.5. Dependência comercial.....	38
4.3. O caso do Níger .....	41
4.3.1. Contextualização .....	41
4.3.2. Cooperação ocidental no Níger .....	42
4.3.3. Golpes de Estado no Níger .....	43
4.3.4. Deslocação da cooperação no Níger.....	45
4.3.5. Dependência comercial.....	46
5. A integração entre os Estados do Sahel.....	49
5.1. Surgimento de uma aliança para segurança.....	49
5.2. Evolução para uma Confederação Política e Económica .....	50
5.3. Do Ocidente ao “Oriente” .....	51
6. Conclusão .....	54
7. Referências bibliográficas .....	56



## ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. Rio Senegal.....	14
Imagem 2. Delta do Rio Níger ao sul da Nigéria. ....	14
Imagem 3. Lago Chade.....	15
Imagem 4. Datas das independências das colónias farncesas. ....	19
Imagem 5. Zona de Liptako-Gourma .....	27
Imagem 6: Origem das importações do Burkina Faso (1995-2023). ....	31
Imagem 7: Concentração de produtos importados no Burkina Faso (1995-2023)...	31
Imagem 8: Destino das exportações do Burkina Faso (1995-2023).....	32
Imagem 9: Concentração dos produtos exportados do Burkina Faso (1995-2023). 32	
Imagem 10: Origem das importações do Mali (1995-2023). ....	38
Imagem 11: Concentração de produtos importados no Mali (1995-2023).....	39
Imagem 12: Destino das exportações do Mali (1995-2023).....	40
Imagem 13: Concentração dos produtos exportados do Mali (1995-2023). ....	40
Imagem 14: Origem das importações do Níger (1995-2023).....	47
Imagem 15: Concentração de produtos importados do Níger (1995-2023). ....	47
Imagem 16: Destino das exportações do Níger (1995-2023).....	48
Imagem 17: Concentração dos produtos exportados do Níger (1995-2023).....	48

## 1. INTRODUÇÃO

Após décadas de independência formal, os Estados do Sahel, nomeadamente Burkina Faso, Mali e Níger, continuam a figurar entre os mais vulneráveis do mundo, apresentando indicadores críticos em segurança, pobreza e desenvolvimento (Adefisoye & Titus, 2025; Kohnert, 2024). Marcada por desafios históricos de subdesenvolvimento, crises ambientais, crescimento populacional acelerado e insegurança endêmica, essa região tem sido objeto de intensa cooperação internacional (Okoli, 2024; Akinyetun, Ogunbodede, Ahoton, & Alausa, 2023). No entanto, o modelo tradicional de cooperação ao desenvolvimento, sobretudo promovido por potências ocidentais como França e União Europeia, tem-se revelado insuficiente para impulsionar transformações estruturais nos países do Sahel. Pelo contrário, perpetuou relações de dependência e assimetrias herdadas do período colonial.

Nesse sentido, a pesquisa dedica especial atenção ao fenómeno recente da deslocação da cooperação internacional nestes países: a crescente substituição dos parceiros tradicionais, como França, União Europeia e Estados Unidos, por atores alternativos, nomeadamente Rússia, China e Turquia. A deslocação da cooperação internacional tem sido frequentemente interpretada como uma tentativa de afirmação de soberania e reivindicação do protagonismo no processo de desenvolvimento por parte dos Estados sahelianos. Assim sendo, a presente dissertação busca investigar se tal deslocamento representa de fato uma ruptura com os padrões de dependência existentes que permeiam a realidade destes países ou se apenas realoca os centros de poder dentro da mesma lógica de exploração periférica. Nota-se ainda que, apesar das dinâmicas domésticas impactarem a manutenção da dependência destes Estados para com os poderes ocidentais, a presente investigação centrar-se-á nos fatores de pressão externa.

Em termos metodológicos, a dissertação foi realizada através de dados qualitativos extraídos de artigos científicos, livros e relatórios publicados por organizações internacionais. A metodologia fundamenta-se na análise e aplicação teórica da Teoria do Sistema Mundo.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, tendo sido escolhida a Teoria do Sistema Mundo e o quadro conceitual, sendo definidos os conceitos de desenvolvimento, dependência e segurança. O segundo capítulo discorre acerca da formação dos Estados do Sahel, tal como o papel da ex-potência colonial, a França, e de outros agentes tradicionais ocidentais, na construção e manutenção da dependência estrutural dos países sahelianos. O terceiro capítulo analisa os casos específicos do Burkina Faso, Mali e Níger e os processos de deslocação da cooperação internacional, com foco nas novas parcerias estabelecidas com Rússia, China e Turquia. Em seguida, o quarto capítulo, examina os esforços dos Estados do Sahel a partir de 2023 para a criação de instituições intra-regional (a Aliança dos Estados do Sahel- AES) capazes de promover a autonomia e a soberania dos membros e a cooperação com os novos parceiros. Por fim, o quinto capítulo traz a conclusão da dissertação.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL

### 2.1. Teoria do Sistema-Mundo

A Teoria do Sistema-Mundo (TSM) surgiu como uma resposta à Teoria da Modernização, popular nas décadas de 1950 e 1960, a qual propunha um modelo evolutivo uniforme no qual as sociedades progrediam de um estágio tradicional, sociedades agrárias, para um moderno, pautado pelo consumo em massa (Rostow)<sup>1</sup>. Baseada nas ideias de Max Weber<sup>2</sup>, a Teoria da Modernização tirava inspiração das experiências de desenvolvimento da Europa Ocidental e América do Norte, cujos Estados encontravam-se nos últimos estágios de modernização. Teóricos desta escola defendiam que os desenvolvimentos económicos junto das mudanças sociais causadas pela modernização levariam à institucionalização da democracia, pelo que seria positivo que países ainda não desenvolvidos adotassem a mesma estratégia de desenvolvimento dos Estados ocidentais (Christofis, 2019).

Críticos à teoria argumentam, entretanto, que fenômenos como a exploração colonial e a escravidão foram fatores que impulsionaram o desenvolvimento desses países. O principal expoente da TSM, Immanuel Wallerstein<sup>3</sup>, rejeitava a ideia de um caminho único para o desenvolvimento, enfatizando a desigualdade histórica e estrutural entre os países ocidentais e o resto do mundo (Christofis, 2019), especialmente os Estados africanos, objetos de estudos de Wallerstein no início de sua carreira (Calhoun, 2023).

A TSM debruça-se essencialmente em três blocos teóricos e intelectuais: a Escola de Annales, sobretudo os contributos de Fernand Braudel<sup>4</sup>; a Teoria Marxista<sup>5</sup> e a Teoria da Dependência<sup>6</sup> (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022). Primeiramente, a Escola

---

<sup>1</sup> Um dos autores mais destacados nesta corrente foi W.W.Rostow que publicou em 1959 *The Stages of Economic Growth, Economic History Review*, vol.12 (1), pp. 1–16 e, no ano seguinte, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, Cambridge University Press.

<sup>2</sup> Max Weber (1864-1920), entre diversas obras, ver *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (1904).

<sup>3</sup> I. Wallerstein (1930-2019), *The Modern World-System*, principal obra publicada em quatro volumes entre 1974 e 2011.

<sup>4</sup> Fernand Braudel (1902-1985), contribuiu para a Escola de Annales especialmente com a obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*.

<sup>5</sup> Teve Samir Amin (1931-2018) e Theotônio dos Santos (1936-2018) como principais contribuidores teóricos.

<sup>6</sup> Destacam-se Hans Singer (1910-2006) e Raúl Prebisch (1901-1986) como fundadores desta teoria, no ano de 1949.

de Annales serviu como molde para o desenvolvimento das abordagens historiográfica e metodológica da TSM (Christofis, 2019). Braudel, um dos maiores representantes deste bloco intelectual, defendia a análise a longo prazo (*longue durée*) das conjunturas que permeavam as relações humanas, sem desprezar o poder de mudança social de eventos específicos, como os protestos mundiais de 1968<sup>7</sup> (Calhoun, 2023).

Em seguida, a Teoria Marxista influenciou a forma como a TSM compreende as forças económicas e a sua relação com o desenvolvimento. Wallerstein incorporou ideias como a noção do conflito social entre grupos humanos baseados no materialismo, a natureza transitória das formas sociais, a centralidade do processo de acumulação de capital na luta de classes entre a elite e os trabalhadores e a perceção do monopólio do capitalismo como uma forma de imperialismo (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022; Christofis, 2019).

Por fim, a TSM é tida como uma sucessora da Teoria da Dependência por adaptar os pensamentos principais e responder às críticas deste bloco teórico (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022). A TSM incorpora a ideia de que, através do capitalismo, os recursos de países periféricos, aqueles em vias de desenvolvimento, são explorados por países do centro, tidos como desenvolvidos, fenómeno que favorece o empobrecimento e impede o desenvolvimento Estados da periferia (Christofis, 2019). Ainda mais, a TSM adota a perspectiva holística sob as dinâmicas estruturais do sistema global da Teoria da Dependência, a qual evidencia a tendência para a manutenção do desenvolvimento desigual entre o centro e a periferia (Kuran, 2024). A este propósito o argumento Prebisch-Singer sobre a deterioração dos termos de troca (diminuição do preço unitário das matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento relativamente à importação de produtos transformados exportados pelos países desenvolvidos).

Assim sendo, as áreas focais da TSM são o desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno, a crise contemporânea do capitalismo e as estruturas do conhecimento. Nesta ótica, é possível definir o “sistema-mundo” como uma entidade em que há uma

---

<sup>7</sup> Os protestos de 1968 foram uma série de manifestações iniciadas por estudantes em Paris, que desencadearam a maior greve geral da Europa. O movimento se espalhou internacionalmente, refletindo lutas contra guerras, ditaduras e injustiças sociais. O fenómeno pôs em causa partidos tradicionais, promoveu novas formas de organização popular e teve impacto cultural, político e social. Seu legado influencia movimentos feministas, ambientais e antissistêmicos (Santa & Varela, 2018).

divisão de trabalho integrada, mas que engloba diversas estruturas estatais independentes. O sistema-mundo mantém-se por meio de forças opostas que, ao mesmo tempo, garantem sua coesão por meio da tensão e impulsionam sua fragmentação, à medida que diferentes grupos tentam constantemente reorganizá-lo a fim de atender a seus próprios interesses (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022; Alalykin-Izvekov, 2020).

Dessa maneira, de acordo com a TSM e com base na Teoria da Dependência, o sistema internacional é estruturalmente dividido em três grupos interligados: o centro, a periferia e a semiperiferia. Diferentemente da Teoria da Dependência, a qual não previa a mobilidade de países entre centro e periferia, característica amplamente criticada, a TSM defende que Estados podem e buscam migrar da periferia para a semiperiferia e posteriormente para o centro, como é o caso, por exemplo, do Brasil, Rússia e China, ou de países como a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Chile, México, enquanto Estados do centro estão suscetíveis a tornarem-se países de semiperiferia (Jacob, 2023 B; Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022; Christofis, 2019).

Segundo os teóricos da TSM, historicamente a divisão do sistema-mundo ocorreu em meados do século XVI, quando dos Estados da Europa Ocidental buscaram integrar o resto mundo num sistema de exploração de recursos e forças de trabalho face à crise do feudalismo em seus países (Lenger, 2021; Alalykin-Izvekov, 2020; Christofis, 2019). Assim sendo, os países colonizadores configuraram o que se entendia como centro do sistema-mundo, enquanto os territórios africanos, asiáticos e latino-americanos caracterizavam-se como a periferia (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022). As relações coloniais de dependência circunscreveram o desenvolvimento de todos os Estados pertencentes ao sistema-mundo de forma a moldar, segundo Wallerstein, o sistema capitalista contemporâneo, o qual referia-se como “economia-mundo capitalista” (Jacob, 2023 B).

O primeiro grupo do sistema-mundo é, assim, composto por países os quais detêm influência e poder económico, além do domínio da estrutura por meio do controle do comércio internacional a fim de manter a autoridade sob os demais grupos. São Estados com aparatos militares avançados, grande capacidade de *hard power*<sup>8</sup>, e instituições

---

<sup>8</sup> Joseph Nye (1937-2025) define *hard power* como o uso de táticas coercivas, recorrendo à força militar ou a incentivos económicos e sanções para obrigar outras nações a cumprir as suas obrigações.

governamentais fortes e estabelecidas (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022). Como centro cultural, são responsáveis por propagar as ideologias políticas e económicas dominantes, além de moldar as concepções de progresso e desenvolvimento (Agnew, 2021) e dirigir as principais e mais influentes instituições financeiras internacionais (Christofis, 2019). Em termos económicos, os países do centro comumente possuem por vezes políticas protecionistas e na sua maioria indústrias de substituição de importações avançadas (Agnew, 2021), além de se beneficiarem das relações com a semiperiferia e periferia por meio da vantagem do avanço tecnológico: possuem a capacidade de produzir bens e distribuí-los, gerando lucros e economias normalmente superavitárias. Dessa forma, aponta-se também uma característica particular ao centro: os países competem entre si para o monopólio do controlo de mercados, nomeadamente os países da semiperiferia e periferia (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022; Christofis, 2019). As capacidades tecnológica e militar permitiram que os países do centro, nomeadamente os países da Europa Central e Ocidental, tivessem vantagens em relação à África, Ásia e América no período colonial. A posição de poder permitiu instaurar as relações de dependência das colónias, periferia, para com as metrópoles, o centro (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022).

A periferia, segundo grupo do sistema-mundo, consiste num grupo de países dependentes do centro em termos económicos. Com abundantes recursos naturais e mão de obra, os países da periferia caracterizam-se pelas indústrias ainda não desenvolvidas a ponto de competir com o centro, cidades pouco urbanizadas e economias agrárias com foco na exportação de matéria prima para países desenvolvidos (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022). A maioria dos Estados que compõem a periferia do sistema-mundo são ex-colónias, as quais tiveram o seu processo de desenvolvimento moldado pelas respectivas metrópoles a fim de contribuir com a manutenção da relação exploratória e de dependência, de forma que a periferia, ainda no contexto atual, continua a ser subserviente ao centro (Christofis, 2019).

A fim de colmatar as críticas feitas à Teoria da Dependência, no que tange a não mobilidade de países dentre os grupos do sistema-mundo, Wallerstein acrescentou a semiperiferia à sua análise como terceiro grupo de países pertencentes à economia-mundo capitalista. A semiperiferia é, portanto, composta por países que foram capazes de

ascender da sua condição como periferia. Exemplos são China, Rússia e Brasil, e outros que perderam atributos que os classificavam como centro, como Portugal e Espanha (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022). São Estados que simultaneamente exploram a periferia enquanto são explorados pelo centro, além de competir entre si em termos de projeção na economia-mundo capitalista para conseguir reunir condições para ascender ao centro e não derrapar para a periferia (Alalykin-Izvekov, 2020; Christofis, 2019).

A TSM entende o sistema internacional como uma unidade e foca a sua análise nas relações hierárquicas (Kuran, 2024) pautadas pela manutenção da dependência e subordinação econômica e política (Kutz, 2021). Segundo a TSM, e com influência marxista, a desigualdade estrutural que permeia o sistema-mundo é fruto das transferências sistemáticas do lucro da periferia para o centro que permite que os países acumulem capital incessantemente (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022; Lenger, 2021; Trusina & Jermolajeva, 2021). Ainda mais, esta dinâmica, já há séculos, promoveu a divisão internacional do trabalho (Agnew, 2021; Trusina & Jermolajeva, 2021), de forma a alavancar os progressos em termos tecnológicos e financeiros do centro e circunscrevendo as capacidades econômicas periferia, fator que incide diretamente na prosperidade do capitalismo no centro e sufocamento das possibilidades de desenvolvimento da periferia (Trusina & Jermolajeva, 2021; Martins, 2021). Assim, os teóricos da TSM defendem que a atual conjuntura do sistema internacional proporciona ao centro, em especial aos Estados Unidos, União Europeia e Japão, o monopólio da ciência, tecnologia e recursos financeiros, fulcral para o caráter imperial destes Estados e para a subordinação dos países de semiperiferia e periferia aos interesses do centro (Martins, 2021; Kutz, 2021).

A teoria, entretanto, possui críticos, os quais pontuam falhas em sua abordagem. O próprio Wallerstein<sup>9</sup> afirma que algumas escolas teóricas criticam o seu trabalho. Sobretudo no que tange a abordagem ao capitalismo e seus mecanismos de subordinação, teóricos de outras vertentes marxistas apontam a insuficiência na análise das relações econômicas, nomeadamente a negligência do estudo das forças de produção, da luta de

---

<sup>9</sup> Em Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822399018>.

classes e da produção da mais-valia (Jacob, 2023 A; Trusina & Jermolajeva, 2021). Além disso, teóricos positivistas frequentemente criticam o caráter puramente qualitativo, em detrimento de uma abordagem quantitativa, tal como os aspetos funcionalistas e a teleológicos da teoria (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022; Lenger, 2021; Agnew, 2021; Christofis, 2019). Por parte dos teóricos culturalistas, a abordagem da TSM é criticada pelo foco único na economia e negligência de fatores culturais que permeiam as relações entre as divisões do sistema-mundo (Jacob, 2023; Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022; Lenger, 2021; Christofis, 2019). Por fim, também é criticado o caráter sistémico-estrutural, focado no sistema-mundo como unidade, em detrimento de análises a níveis menores, como no papel ativo indivíduos e de entidades privadas (Agnew, 2021; Christofis, 2019).

O continente africano, mais especificamente Gana e Costa do Marfim, foram objeto de estudos de Wallerstein nas décadas de 1950 e 1960 e instigou o interesse do teórico para as questões de exploração e subordinação (Calhoun, 2023; Plys, 2021). Wallerstein, contudo, não foi o único teórico da TSM que abordou a realidade de África em suas contribuições analíticas. Walter Rodney<sup>10</sup> foi o teórico responsável por popularizar o pensamento dos estudos da dependência e do sistema-mundo em África (Ajl, 2022). O teórico argumentava a necessidade de articulação dos estudos sobre capitalismo, imperialismo, a luta de classes e a questão racial a fim melhor compreender as dinâmicas que permeiam o continente africano (Plys, 2021), além de defender a ideia de que o não desenvolvimento dos países em África é fruto da imposição histórica estabelecida pelas potências coloniais europeias de semiproletarização daqueles povos (Ajl, 2022; Plys, 2021). Rodney ainda era apologista dos movimentos anti-neocolonialistas e apontava para a necessidade das independências como forma de solucionar questões sistémicas de não desenvolvimento e imperialismo, como a exploração dos recursos e mão de obra em África e dependência desses países para com potências europeias (Calhoun, 2023; Ajl, 2022).

---

<sup>10</sup> Walter Rodney (1942-1980), historiador guianense, em seu livro *How Europe Underdeveloped Africa*, descreveu em 1972 como a África foi deliberadamente explorada pelos imperialistas europeus, fenômeno que levou diretamente ao subdesenvolvimento moderno da maior parte do continente.

## 2.2. Dependência

Essencial para a análise da TSM, o conceito de dependência pode ser definido como a condição em que “a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual o primeiro está sujeito” (Dos Santos, 1970 pp<sup>11</sup>. 231, citado em Sobczyk, 2023 pp.927). A dependência, no âmbito da geopolítica, é uma ferramenta utilizada pelos países do centro do sistema-mundo para promover os próprios interesses económicos e políticos, além de viabilizar a manutenção da posição de poder em relação aos Estados em desvantagem estrutural (Kutz, 2021). Os países da periferia e semiperiferia são mantidos nesta condição devido a fatores como os falhanços políticos internos (Udegbumam, 2020) e a necessidade de apoio financeiro e institucional dos parceiros comerciais e diplomáticos (Kutz, 2021), para além da coerção praticada por Estados do centro do sistema-mundo (Vuma, Shai, Rapanyane, Marong, & Bah, 2022).

No contexto atual, a condição de dependência é promovida por meios por vezes subtis outras vezes de características neocoloniais. A exploração dos países periféricos e semiperiféricos é realizada não apenas por vias bilaterais, como também por meio de instituições financeiras internacionais e entidades privadas dirigidas pelos interesses dos Estados de centro (Udegbumam, 2020). No caso dos países que serão analisados na presente dissertação, Burkina Faso, Mali e Níger, a dependência destes Estados para com a sua potência colonizadora, a França, foi mantida via das políticas neocoloniais – económica, política, cultural e militar - que visavam preservar as relações de dominação e exploração, além de promover a ‘legitimidade’ francesa nos territórios que compõem o que é conhecido como “Françafrique” (Tardy, 2020).

## 2.3. Desenvolvimento

No que tange a questão do desenvolvimento, a TSM surgiu como uma resposta às ideias defendidas pela Teoria da Modernização, pautadas na crença de um único caminho, no qual todos os países passariam por um processo de industrialização e institucionalização do capitalismo a fim de atingir o nível ideal de qualidade de vida e crescimento económico (Christofis, 2019). A TSM rejeita tal abordagem ao

---

<sup>11</sup> Dos Santos, T., 1970. *The structure of dependence*. The American economic review, 60 (2), 231–236.

desenvolvimento, por se julgar ser uma forma de imperialismo ideológico imposto pelos países do centro da economia-mundo capitalista aos Estados da periferia e semiperiferia (Asad, 2022).

Assim sendo, e com influências da Escola de Annales, especialmente Fernand Braudel, a TSM aborda o fenómeno das revoluções como uma etapa necessária para se alcançar o desenvolvimento autónomo. As revoluções são momentos de levante popular responsáveis pela transformação das práticas políticas e económicas do Estado, as quais desafiam a ideologia da Teoria da Modernização e possibilita ultrapassar as dificuldades que são fruto da exploração e dependência. As revoluções se mostram necessárias à medida que contestam estruturas da economia-mundo capitalista, especialmente a divisão internacional do trabalho, permitindo, portanto, superar a condição de dependência e possibilitar o desenvolvimento autónomo (Pereira & Xerri, 2020).

A concepção de desenvolvimento se configura como um campo de disputa ideológica, desde sua origem após a Segunda Guerra Mundial, criada pelos países centrais como uma ferramenta para atrair as periferias e semiperiferias em processo de independência, até as abordagens contemporâneas, que exploram o conceito em diferentes áreas disciplinares e sociais (Pereira & Xerri, 2020). Ainda que não haja uma definição universalmente aceite, no contexto atual, a ideia de desenvolvimento é tida como um processo adotado por sociedades e Estados para que sejam alcançados padrões de vida mais prósperos e equitativos, voltados para a melhoria das condições de vida dos indivíduos, abrangendo renda, saúde, educação, segurança alimentar, entre outros aspetos. Ainda mais, o desenvolvimento humano também pode ser compreendido como um processo que visa expandir as capacidades dos indivíduos e aumentar as possibilidades que estes possuem em suas vidas, a fim de se que haja uma ascensão na qualidade de suas vidas. No processo de desenvolvimento, é igualmente importante que as estruturas do Estado disponíveis à sociedade sejam capazes de atender às suas necessidades e suficientemente resilientes a fim de serem capazes de se adaptarem a desafios futuros (Wadzani, Emmanuel, & Ogwuche, 2023; Trusina & Jermolajeva, 2021).

#### *2.4. Segurança*

Uma das condições fulcrais para o desenvolvimento é a segurança. Ambos os fenómenos ocorrem numa relação de reforço mútuo, a qual é conhecida como nex

desenvolvimento-segurança (Siloko, 2024; Reinsberg, Bujnoch, & Shaw, 2024; Wadzani, Emmanuel, & Ogwuche, 2023; Badewa, 2022). Após o fim da Guerra Fria, o conceito de segurança ultrapassou a sua visão tradicional, focada na preservação do Estado e na proteção contra forças hostis, e passou a abranger novas esferas da vida humana (Siloko, 2024; Reinsberg, Bujnoch, & Shaw, 2024; Abiodun, Oluwasegun, & Adebola, 2020).

Assim sendo, a abordagem sobre a segurança passou a ser constituída por duas dimensões fundamentais: a liberdade do medo, que expressa a condição de integridade física, e a liberdade do desejo, que compreende a satisfação das necessidades inerentes ao ser humano (Reinsberg, Bujnoch, & Shaw, 2024; Abiodun, Oluwasegun, & Adebola, 2020). Tais necessidades fazem parte das questões de segurança não tradicionais, englobando sete tipos de segurança: (1) econômica, relacionada à renda e pobreza; (2) sanitária, sobre o acesso à saúde; (3) alimentar, acerca do acesso à alimentos e combate à fome; (4) ambiental, focada em práticas de sustentabilidade e proteção contra ameaças climáticas; (5) comunitária, a fim de proteger as identidades coletivas e a inclusão; (6) pessoal, que resguarda direitos e liberdades; e (7) política, para assegurar a integridade do indivíduo contra abusos e violências do Estado. A adição desses elementos à noção de segurança busca contemplar a complexidade de fenómenos que permeiam e afetam diariamente a vida humana, de forma a contribuir para o desenvolvimento de todos os indivíduos (Siloko, 2024; Kumah-Abiwu, 2022).

O caso de estudo da presente dissertação permite exemplificar a complexidade do atual conceito de segurança. Burkina Faso, Mali e Níger tornaram-se territórios assolados por uma multitude de questões que põem em causa a segurança de seus habitantes: pobreza extrema, migrações forçadas, fome, seca, enchentes, tensões étnicas e comunitárias, corrupção, opressão estatal e constantes golpes de Estado são exemplos (Okafor, Ononogbu, Ojimba, & Ani, 2023). A região do Sahel também tem registado frequentes casos de ataques terroristas e violência generalizada, fator que contribui para a securitização da região (Okafor, Ononogbu, Ojimba, & Ani, 2023; Kumah-Abiwu, 2022).

Ainda que a TSM não aborde a questão da segurança, é evidente a forma como países tidos como centro do sistema-mundo, neste caso Estados Unidos e França, historicamente

têm monopolizado sob a situação a fim de legitimar a sua presença no território. Operações lideradas por ambos os países têm sido contraproducentes e intensificado problemas já existentes, como a corrupção, a pobreza, a migração forçada e o favorecimento de grupos extremistas violentos na região, além de ter causado constrangimentos à segurança e ao desenvolvimento nestes países e perpetuado por décadas a dependência destes para com os Estados centrais (Badewa, 2022).

### 3. A INSERÇÃO E DEPENDÊNCIA ECONÓMICA, COMERCIAL E FINANCEIRA DOS ESTADOS DO SAHEL

O Sahel é uma região africana, situada ao sul do Deserto do Saara e ao norte das Savanas que se estende num corredor de aproximadamente 6.000 quilómetros que liga o Oceano Atlântico ao Mar Vermelho (Okoli, 2024). É uma zona que atrai interesse estrangeiro devido à sua riqueza em termos de recursos naturais: petróleo, gás natural, ouro, urânio e muitos outros minérios (Vasudeo, 2024).

Devido à abundância de recursos, o Sahel tornou-se objetivo colonial de potências coloniais como Portugal, Reino Unido e França, tendo sido colonizado principalmente por Londres e Paris (Kehinde, 2024). Neste capítulo, será explorada a forma como os Estados do Sahel – Burkina Faso, Mali e Níger – foram absorvidos por uma dinâmica de dependência económica, comercial e financeira por parte da França.

#### *3.1. A colonização dos Estados do Sahel*

O Sahel tem sido uma zona de interesse económico e militar da França desde o século XVII, aquando o tráfico transatlântico de escravos tornou-se uma atividade essencial para os objetivos coloniais nos territórios franceses nas Américas (Kehinde, 2024). A necessidade de recursos, matérias e minérios, além do plano de expansão territorial, o qual visava o controle da África do norte, ocidental e centro, levou a França a investir num projeto colonial na região do Sahel em meados de século XIX (Kehinde, 2024; Thelma, et al., 2024; Dzekashu, 2021; Cooper B. , 2018).

Na Conferência de Berlim, a qual decorreu entre 1884 e 1885, foram estabelecidas regras uniformes para a colonização e exploração dos territórios, fator que levou à repartição do continente africano em diversas esferas de influência, além da erosão da autonomia de líderes locais e a legitimação da presença das potências europeias em suas respectivas áreas de domínio (Kehinde, 2024; Idrissa, 2022; Dzekashu, 2021). Neste contexto, o Sahel foi uma região disputada entre o Reino Unido e a França, a qual visava o domínio da região compreendida ente o Rio Senegal, a Delta do Níger e o Lago Chade.



*Imagem 1. Rio Senegal.*



*Imagem 2. Delta do Rio Níger ao sul da Nigéria.*

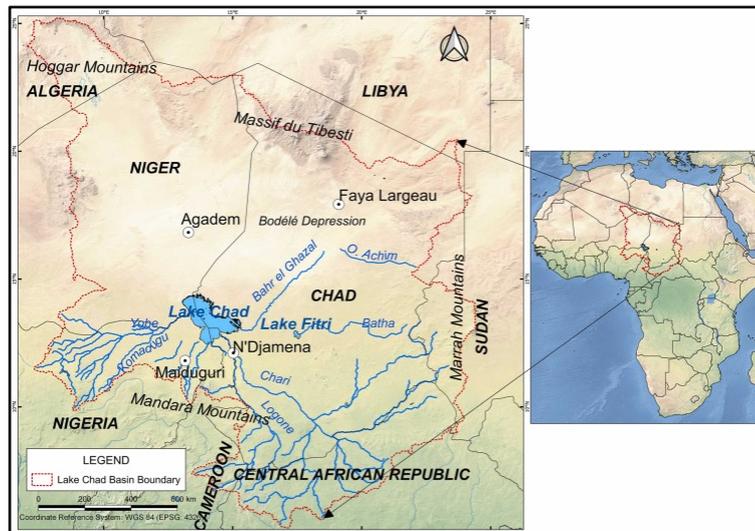


Imagem 3. Lago Chade.

Esta zona, no imaginário francês, seria um território com grande potencial para produção agrícola devido à abundância hídrica, e representava uma oportunidade para o crescimento económico para a França (Thelma, et al., 2024; Idrissa, 2022; Cooper B. , 2018).

Embora parte da colonização francesa no Sahel tenha sido realizada por meios comerciais, através da expansão da presença comercial dos franceses, os objetivos militares de oficiais levaram à implementação da Missão Voulet-Chanoine (1898-1900), lembrada pela forma violenta como os colonizadores franceses cometeram massacres contra povos e incendiaram assentamentos durante a expedição que visava assegurar o domínio da região entre a África ocidental e o Lago Chade (Idrissa, 2022; Cooper B. , 2018). Conquistados os territórios sahelianos, o governo francês deu início a uma política de assimilação, pautada numa abordagem paternalista que visava a uniformização política, cultural, linguística, jurídica, administrativa e económica, cujo objetivo era o estabelecimento da “Grande França” (Kehinde, 2024; Thelma, et al., 2024).

A política de assimilação económica foi responsável por tornar as colónias fontes de recursos, mão de obra barata e mercados para a indústria francesa, e dessa forma, estruturando as economias desses territórios em torno dos interesses e necessidades coloniais (Kehinde, 2024; Thelma, et al., 2024). Foram estabelecidas economias estruturadas na exportação de *commodities* para a França, essencialmente grãos de cereais e algodão, sem o planeamento para o desenvolvimento local ou capacidade de

autossuficiência. As infraestruturas – estradas, portos, ferrovias – haviam sido construídas para o crescimento do volume de exportações de matérias primas para a indústria francesa e de importações de bens para os mercados africanos. Dessa forma, as colónias francesas tornaram-se economicamente dependentes da França para a sua sobrevivência (Kehinde, 2024; Thelma, et al., 2024; Thiam, 2020).

A exploração nesses territórios foi marcada pelo trabalho forçado, ainda que a escravatura tenha sido abolida no início do século XX, sob ameaça da integridade física dos indivíduos, prática conhecido como ‘corveia’. Mais, a exploração do trabalho e dos recursos, alinhada à falta de desenvolvimento das colónias, foi um fator essencial para problemas relacionados à má nutrição, pobreza, falta de acesso à saúde, contacto com doenças pré-existentes naqueles territórios e a inexistência de saneamento básico, além da hierarquização social e discriminação contra indivíduos negros e, especialmente, povos indígenas (Thelma, et al., 2024; Idrissa, 2022; Cooper B. , 2018).

Na década de 1940, a França promoveu uma reforma imperial a fim de adaptar-se à nova conjuntura internacional e face à pressão popular nas colónias em prol dos movimentos de independência: o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento de um sistema bipolar, a criação da Organização das Nações Unidas e a crescente pressão para a descolonização em África e Ásia, a promoção do desenvolvimento, a liberalização econômica no Ocidente e, por fim, a islamização na África Ocidental (Sylla, 2024; Idrissa, 2022; Medushevskiy & Shishkina, 2022; Dzekashu, 2021; Thiam, 2020). Tal reforma levou à criação da União Francesa e à adoção de novas políticas coloniais: as colónias passaram a territórios ultramarinos, a democracia foi institucionalizada nestes territórios, a Assembleia Francesa passou a ter representantes de cada unidade governativa e projetos de desenvolvimento socioeconômico foram implementados por meio do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social, criado especialmente para os territórios ultramarinos. Neste sentido, a França investiu na urbanização dos centros administrativos e nas regiões mais populosas dos territórios, tal como na rede de transportes e na agricultura, como as construções de barragens e sistemas de irrigação (Idrissa, 2022; Royer, 2021; Thiam, 2020; Cooper B. , 2018; Chafer, 2017).

### 3.2. O Franco CFA

Em 1945, o Governo francês criou o Franco das Colónias Francesas da África (CFA) (Mouffok, Tall, & Sissoko, 2023) visando promover a estabilidade do Franco Francês (FF), a integração das economias das colónias, a fim de assegurar o controle das estruturas económicas, recursos e sistemas políticos daqueles territórios (Dzekashu, 2021). O Franco CFA esteve ligado ao FF, até à criação do Euro, e gerido pelo Banco da França, conferindo a esta instituição a política monetária dos países francófonos (Coburger, 2021), o que representava uma forma de dependência das colónias para com a metrópole, uma vez que cediam parte de sua soberania e independência para o Governo francês (Koddenbrock, 2020).

À data da sua criação, e até ao contexto atual, o Franco CFA foi pautado por quatro princípios: (1) paridade ao FF e ao Euro após 1999, sob uma taxa de câmbio fixo determinado pelo Banco da França; (2) livre circulação e transferência de capitais; (3) conversão garantida e ilimitada ao FF e ao Euro e (4) a obrigação do depósito de reservas de moedas estrangeiras no Tesouro Francês (Chafer, 2017; Koddenbrock, 2020; Dzekashu, 2021; Coburger, 2021; Cobbett, 2021; Mouffok, Tall, & Sissoko, 2023). Essas políticas, apesar de permitirem controlar a inflação com êxito (Cross, 2021; Koddenbrock, 2020), ceifaram a soberania monetária, servirem como ferramenta de manutenção colonial e prejudicaram o crescimento econômico das colónias, mesmo após a independência (Dzekashu, 2021; Koddenbrock, 2020).

A França possuía, via Franco CFA, acesso a bens e serviços por meio da sua própria moeda, promovendo assim a autonomia do império francês na economia mundial sob a hegemonia americana (Sylla, 2024). Mais, a gestão do Franco CFA pelo Banco da França possibilitava o poder de veto em termos de políticas monetárias e a capacidade de desvalorização arbitrária pelo Governo francês, fatores que contribuíram para o crescimento do sentimento anti-França e oposição à moeda (Kohnert, 2024; Medushevskiy & Shishkina, 2022; Koddenbrock, 2020; Thiam, 2020).

O Franco CFA é tido como uma das maiores heranças coloniais, resistindo à independência dos territórios ultramarinos e às tentativas de substituição de uma moeda que conferisse soberania monetária e fiscal aos países da África Ocidental. Contudo, a pouca coordenação e a incapacidade de gestão da moeda põem em causa a criação desta

desejada nova moeda. Além destes fatores, alguns dos Estados da zona do Franco CFA não tencionam romper com o Tesouro Francês e com o Euro, condição imposta pela Nigéria para avançar com o estabelecimento da nova moeda (Cobbett, 2021).

### *3.3. As independências*

Diante dos crescentes os movimentos de independência e da pressão internacional para a descolonização (Thelma, et al., 2024), o Governo Francês instituiu, em 1956, uma Lei Quadro que previa o estabelecimento de assembleias territoriais, as quais conferiam maiores poderes e autonomia aos territórios ultramarinos, eleitas por sufrágio universal e um colégio eleitoral único. (Chafer, 2017; Royer, 2021) Em 1958, o Governo Francês promoveu um referendo para que os cidadãos optassem entre a independência ou a criação de uma associação governamental entre a França e os territórios ultramarinos (Sylla, 2024), sendo assim criada a Comunidade Francesa, liderada por Paris e com maior foco nas questões comerciais e securitárias (Sakr, 2021; Royer, 2021; Chafer, 2017). Neste contexto, os territórios africanos passaram a ter uma maior importância comercial e militar para a metrópole. Diante de tensões securitárias e a corrida armamentista, a presença de jazidas de urânio no Sahel, em especial no território hoje compreendido como Níger, ganhou elevada importância por possibilitar a elevação da França ao nível de potência nuclear (Sylla, 2024).

Em 1960, após o falhanço das tentativas de manutenção das relações entre a França e os seus territórios em África, ocorreram reuniões entre Paris e os governos dos territórios ultramarinos a fim de alinhar as condições para os processos de independência (Chafer, 2017). Este processo iniciou-se em 1956 com a independência de Marrocos e arrastou-se até 1977, quando Djibouti tornou-se independente (Fröhlich, 2020).

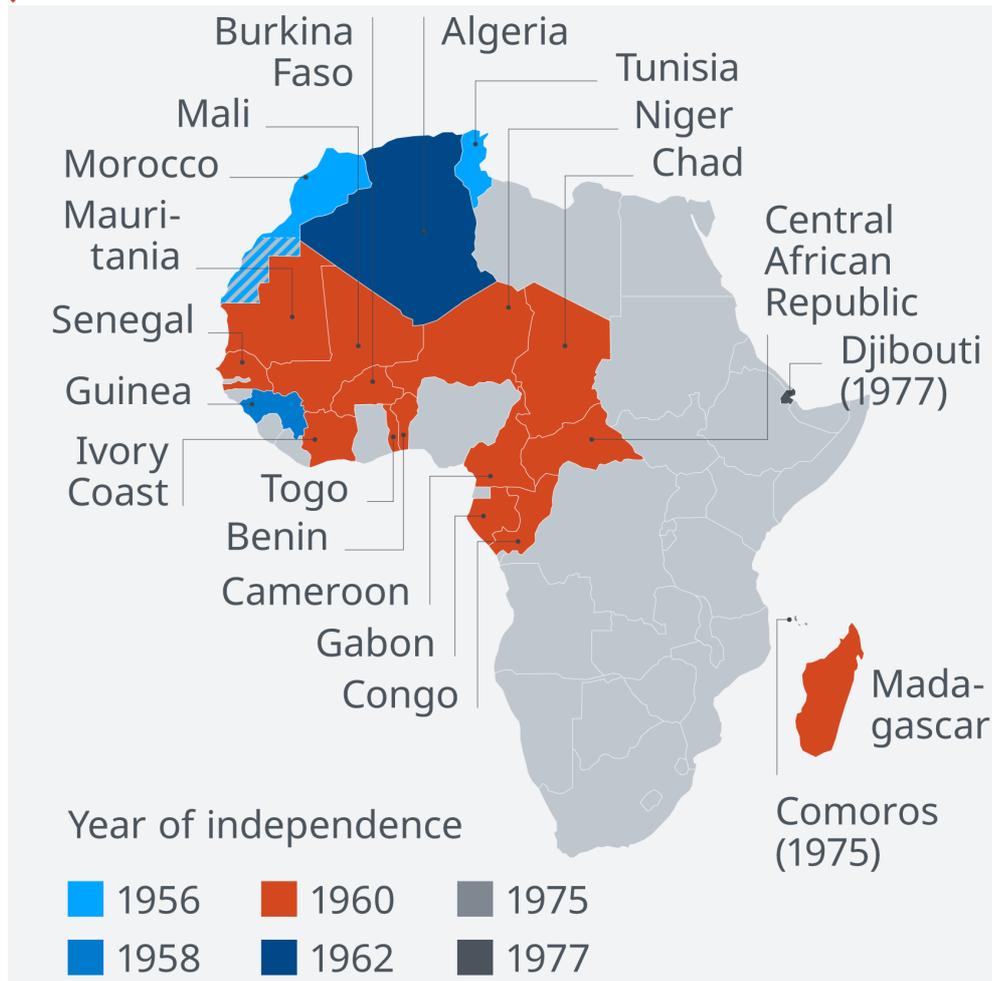


Imagem 4. Datas das independências das colónias francesas.

Os Governos dos territórios ultramarinos, tendo em consideração a sua economia tradicional, baseada na agricultura e pastoril para subsistência, não desenvolvida para a independência e dependente do comércio com a antiga metrópole, entendiam o processo de descolonização como uma nova fase de relação (para) com a França, ao invés do corte de laços económicos, políticos e militares (em) na sua totalidade (Chafer, 2017; Idrissa, 2022). O Governo francês, por sua vez, tinha em conta a importância destes territórios para o seu desenvolvimento e sobrevivência no sistema internacional como potência económica, política e militar, pelo que era essencial a manutenção da influência francesa naquela região (Sylla, 2024; Cooper F. , 2018).

Dessa forma, a independência dos territórios ultramarinos foi condicionada à assinatura de acordos de cooperação nas áreas de comércio, finanças, extração de recursos, cultura, diplomacia, segurança e defesa com a França, que vigoraram entre 1960

e 1994 (Chafer, 2017; Medushevskiy & Shishkina, 2022; Sylla, 2024). Assim, foi instaurada a “Françafrique”, uma política que seguia uma lógica de modelo guarda-chuva que englobava Estados não só francófonos, como hispânicos, lusófonos e neerlandeses, onde a França possuía grande influência política, económica e securitária, além da prioridade de acesso aos mercados e recursos, em troca de ajuda ao desenvolvimento e assistência técnica em diversas áreas (Thelma, et al., 2024; Sylla, 2024; Medushevskiy & Shishkina, 2022).

Os processos de independências provocaram alterações consideráveis no Sahel em termos políticos e económicos. A descolonização foi marcada pela fragmentação dos territórios ultramarinos franceses ao criar Estados artificiais sem respeito à diversidade étnica dos povos que habitavam a região, de forma a impulsionar conflitos de cariz étnicos e reduzir a escala de associação política e económica dos novos países (Dzekashu, 2021; Okunade & Ogunnubi, 2021). As elites políticas e económicas de cada Estado tomaram controle dos Governos e, com apoio francês, optaram pela manutenção da economia colonial e a continuação das relações económicas com a França e, a partir das independências em 1960, com outros Estados europeus (Sylla, 2024; Odijie, 2022).

#### *3.4. As Convenções de Yaoundé*

Antes do início do processo de independência dos territórios ultramarinos, alguns dos países europeus assinaram o Tratado de Roma em 1957, que além de estabelecer a Comunidade Económica Europeia (CEE), formalizava políticas de desenvolvimento para os “Territórios e Países Ultramarinos” pertencentes aos Estados signatários e criava o Fundo de Desenvolvimento Europeu para África, Caribe e Pacífico (Costa & Li, 2025; Altin, 2022). Com a independência desses territórios, os signatários da CEE perceberam incompatibilidade das políticas estabelecidas pelo Tratado de Roma para a cooperação com os Estados recém independentes, fator que levou à criação da Convenção de Yaoundé I em 1963 (Costa & Li, 2025; Odijie, 2022).

A Convenção de Yaoundé I foi negociada entre os seis membros da CEE e os dezoito Estados Africanos e Malgache Associados (EAMA), uma organização composta por Estados recém independentes e tornou-se o primeiro tratado internacional a lidar de forma igualitária antigos impérios europeus e suas colónias (Sakr, 2023; Sakr, 2021). Liderados pelas elites locais, as quais defendiam medidas tidas como neocoloniais, os EAMA

buscavam a continuação de laços econômicos por meio do comércio privilegiado, afim de estabilizar os preços nos mercados internos, reduzir tarifas e abolir restrições de importação na CEE (Altin, 2022; Odijie, 2022; Sakr, 2021; McCann, 2020). Assim, foram assinados diversos acordos bilaterais, válidos por 5 anos, pautados nos princípios de igualdade, reciprocidade e assietência (Sakr, 2023; Sakr, 2021).

Ainda que a Convenção de Yaoundé I visasse o desenvolvimento econômico, cultural e social por meio da promoção do investimento, ajuda e do comércio internacional (Altin, 2022; McCann, 2020), as desigualdades estruturais entre a CEE e os EAMA foram fatores importantes para a queda do crescimento económico e o declínio da participação dos Estados africanos nos mercados europeus (Sakr, 2023). Críticas ao caráter neocolonial surgiram, apontando que a Convenção de Yaoundé I favorecia os Estados da CEE (Altin, 2022) e fomentava a dependência dos EAMA (Sakr, 2023), além de promover a influência europeia sob assuntos econômicos e políticos em África (Faria, 2015).

Cinco anos decorridos, em 1969 os Estados renegociaram os termos e renovaram a Convenção de Yaoundé, a qual estabelecia a adoção de políticas expansionistas e a liberalização comercial dos mercados dos signatários, mudanças que favoreciam os desejos da CEE (Sakr, 2023; Altin, 2022; Sakr, 2021; Faria, 2015). A Convenção de Yaoundé II esteve em vigor até 1975 e foi alvo das mesmas críticas tecidas a Yaoundé I pelo caráter neocolonial que promovia a manutenção da dependência dos Estados africanos para com a CEE (Sakr, 2023; Altin, 2022).

### *3.5. As Convenções de Lomé*

O fim da validade da Convenção de Yaoundé II, a entrada do Reino Unido na CEE em 1973, a crescente influência do bloco afro-asiático na ONU, a necessidade de matéria prima na Europa e o alargamento dos EAMA, levaram à negociação e assinatura da Convenção de Lomé. Devido à incorporação da Commonwealth e de outros países, os EAMA passaram a Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), uma organização cujos membros partilhavam de cenários económicos negativos que reduziam o seu poder de negociação (Costa & Li, 2025; McCann, 2020; Faria, 2015). Este fator influenciou as negociações de Lomé I, pautadas pelo antagonismo entre a CEE, composta por países já industrializados, e os ACP, formados por Estados em vias de desenvolvimento (Drieghe, 2020).

Em Lomé I, diferentemente das Convenções de Yaoundé, foi adotado o princípio da não reciprocidade como forma de gerir a inegável desigualdade económica e estrutural entre os Estados membros (Costa & Li, 2025; Sakr, 2023; Faria, 2015). Este elemento, entretanto, não foi capaz de colmatar as questões de dependência e neocolonialismo presentes em Yaoundé I e II. Ainda que Lomé I previsse mecanismos de estabilização de preços, iniciativas de desenvolvimento, acesso preferencial aos mercados europeus e assistência técnica, a dependência dos ACP sob a exportação de commodities e importação de bens industrializados alinhada a dificuldade de penetração destes Estados nos mercados europeus criou um desequilíbrio exacerbado entre os membros da Convenção, permitindo perdurar a relação de clientelismo e exploração remanescente do período colonial (Costa & Li, 2025; Odijie, 2022; Faria, 2015; McCann, 2020).

A insatisfação com Lomé I levou à revisão da Convenção e à assinatura de Lomé II, em 1979, com foco nos setores de agricultura e mineração. Em contraste com os tratados anteriores, Lomé II produziu bons resultados e chegou ao fim com um balanço positivo. Em 1984, Lomé III foi assinado e contou com a entrada de Espanha, Portugal e países lusófonos e África. Devido ao contexto económico internacional e à desigualdade estrutural entre os signatários, os ACP sofreram com a queda dos preços das matérias-primas, o aumento da dívida externa e a diminuição da ajuda ao desenvolvimento provida pelos Estados Europeus. Por fim, em 1989, a Convenção passou por uma nova revisão, Lomé IV, fortemente influenciada por questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, a democracia e os direitos humanos (Faria, 2015).

### *3.6. A Convenção de Cotonou*

Com o fim da Lomé IV em 1999, os Estados negociaram uma nova Convenção a fim de adaptar as relações comerciais às diretrizes da Organização Mundial do Comércio (Altin, 2022). A Convenção de Cotonou, assinada em 2000, foi um acordo de associação que governava as relações entre os membros da União Europeia (UE) e os 79 Estados da Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), anteriormente ACP (Costa & Li, 2025; Carbone, 2018).

A Convenção de Cotonou, assinada em 2000, possuía três pilares a fim de combater e erradicar a pobreza: (1) a política comercial, (2) a política para o desenvolvimento e (3) o diálogo político (Costa & Li, 2025). Dessa forma, fora eliminado do sistema de

preferências comerciais, medida adotada por Yaoundé e Lomé, a fim de equiparar as partes em termos de capacidade de acesso e participação nos mercados, além de criada uma zona de livre comercial especial para os Países Menos Desenvolvidos, a fim de abranger todos os setores dos mercados, com exceção da indústria bélica. Tal como em Lomé IV, Cotonou visava promover valores democráticos, direitos humanos e a boa governança. Entretanto, a nova Convenção previa a suspensão do comércio e da ajuda aquando do não cumprimento destes princípios (Altin, 2022).

Em 2008, foram criados os Acordos de Parceria Económica (APE), acordos de livre comércio negociados no âmbito de Cotonou que visavam a liberalização do comércio, o impulso ao investimento, apoio financeiro, flexibilização dos programas de desenvolvimento sustentável, o crescimento económico, a diversificação da economia e a integração regional (Costa & Li, 2025; Stender, Berger, Brandi, & Schwab, 2021). Os resultados obtidos, entretanto, não foram os esperados: os Estados da OEACP, os quais não estavam devidamente desenvolvidos em termos económicos e estruturais, passaram a depender mais da UE, que passou exportar mais produtos para os mercados africanos, caribenhos e pacíficos. Dessa forma, com o aumento de importações de produtos europeus, os Estados da OEACP passaram a não desenvolver políticas de produção e comércio que colmatassem as necessidades domésticas, fator que, além de limitar as alternativas de desenvolvimento, cerceava a diversificação da economia e a expansão das estruturas económicas destes países. A dependência para com os mercados e indústrias europeias prejudicava as indústrias domésticas, impedindo-as de se desenvolverem, o que diminui o comércio intrarregional, uma vez que este não atendia às procuras mercados da OEACP (Altin, 2022; Stender, Berger, Brandi, & Schwab, 2021).

### *3.7. Estabelecimento de organizações regionais pós independência*

Para além da cooperação europeia nos âmbitos comercial, financeiro e económico, no período pós independência os Estados do Sahel ainda formaram organizações a nível regional, as quais foram estabelecidas visando o desenvolvimento e ajuda mútua dos países da região. Composta pela Costa do Marfim, Senegal, Mauritânia, Mali, Níger e Alto Volta (atual Burkina Faso), uma das primeiras experiências em termos de blocos regionais foi a União Aduaneira dos Estados da África Ocidental, uma entidade

estruturada em 1966, a fim da implementação de um regime tarifário externo comum para os produtos originários de fora da região (Odhiambo & Chitiga, 2016).

Posteriormente, em junho de 1972, os mesmos países assinaram em Bamako, no Mali, um tratado que instituiu a Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO), com o propósito de promover um desenvolvimento económico harmonioso e equilibrado entre os Estados-membros (Odhiambo & Chitiga, 2016). Apesar de não ter atingido os objetivos estabelecidos, a CEAO obteve um dos melhores desempenhos em termos de trocas comerciais intraregionais em comparação com outros blocos africanos (Decaluwé, Dissou, & Patry, 2001). Em 1994, a CEAO foi transformada na União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) (Odhiambo & Chitiga, 2016; Decaluwé, Dissou, & Patry, 2001), com apoio da França, a qual buscava combater a crescente influência dos países anglófonos da região, nomeadamente Nigéria e Gana (Kohnert, 2024).

Em paralelo à CEAO, uma organização cujo membros eram países francófonos, em 1975, dezesseis Estados da África Ocidental, incluindo Alto Volta, Mali e Níger, assinaram o Tratado de Lagos, estabelecendo a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (Mounira, 2025; Sissoko, Amadou, & Lamine, 2024; Saidou, 2023; Chigozie & Oyinmiebi, 2022; Okunade & Ogunnubi, 2021). A organização foi fundada visando promover a integração regional por meio da cooperação e desenvolvimento económico com a finalidade de reduzir a dependência destes Estados para com os países europeus e promover a estabilidade macroeconômica da região (Mounira, 2025; Sissoko, Amadou, & Lamine, 2024; Mouffok, Tall, & Sissoko, 2023; Saidou, 2023).

Dessa forma, foi criado um mercado intrarregional pautado por uma tarifa externa comum aos membros e implementada uma política de isenção de vistos para fomentar a livre circulação de pessoas e impulsionar as oportunidades que seriam geradas devido ao acesso aos mercados regionais (Sissoko, Amadou, & Lamine, 2024; Okunade & Ogunnubi, 2021). A adoção de tais medidas pela CEDEAO foi acompanhada, contudo, de medidas de segurança e promoção da boa governança, tendo em vista a necessidade da redução das tensões que permeiam a região e dificultam a concretização dos objetivos económicos basilares da organização (Okunade & Ogunnubi, 2021).

Em 1978, foi assinado o Acordo de Não Agressão e Defesa, o qual determinava a importância da segurança como pré condição para a integração económica. Mais, com o passar dos anos, a CEDEAO adotou novas medidas a fim de combater questões relacionadas à má governança, instabilidade política e golpes de Estado (Chigozie & Oyinmiebi, 2022). Neste âmbito, a CEDEAO passou a realizar intervenções militares ao abrigo de um pacto de segurança coletivo assinado em 1999, o qual levou ao estabelecimento de uma força militar em 2004 (Mounira, 2025).

### *3.8. A presença militar francesa no Sahel*

No campo da segurança e defesa, os acordos de cooperação bilateral assinados entre a França e os territórios ultramarinos permitiram que a potência europeia conduzisse intervenções militares de forma legal e consentida (Chafer, Cumming, & Velde, 2020; Recchia, 2020; Erforth, 2020), apesar de contestadas pelos povos que habitavam a região do Sahel (Tardy, 2020). A presença francesa, por meio dos pactos de segurança, possibilitou a salvaguarda dos interesses económicos e geopolíticos, além das intervenções nas políticas internas por meio do apoio a regimes aliados ao Governo francês e da constante repressão a movimentos que ameaçassem o seu domínio naqueles territórios (Thelma, et al., 2024; Recchia, 2020).

A presença militar francesa no Sahel, parte da política Françafrique (Thelma, et al., 2024), perpetuava as relações de clientelismo, tornando os Estados onde ocorriam as intervenções dependentes do apoio securitário, político e financeiro exercido pela França (Thelma, et al., 2024; Recchia, 2020). Mais, a transferência da responsabilidade dos países africanos para a França em matéria de segurança permitiu que as intervenções passassem a ocorrer de acordo com a interpretação francesa sobre as necessidades daqueles territórios, o que permitiu que a sua atuação fosse pautada pelos interesses de Paris (Chafer, Cumming, & Velde, 2020; Erforth, 2020).

O fim da Guerra Fria influenciou a forma como a presença militar francesa atuava em África. As intervenções passaram a ser contestadas, pelo que a França teve de se adaptar e ceder à contestação internacional e interna (Tardy, 2020). O Governo francês avançou com a redução das tropas na região e com a revisão dos acordos de cooperação militar, passando a atuar e a ajudar a estabelecer missões multilaterais, como a MINUSMA,

operada pela ONU, a EU Training Mission e a EUCAP Sahel Mali, realizadas pela UE, e a G5 Sahel Force, pelo G5 do Sahel, todas executadas no Mali (Tardy, 2020).

#### 4. OS CASOS DO BURKINA FASO, MALI E NIGER

Situados em zonas desérticas e semiáridas do Sahel, Burkina Faso, Mali e Níger partilham traços culturais, geográficos e económicos, além das populações que ultrapassam as fronteiras políticas artificiais estabelecidas no período colonial. Como antigas colónias da França, os Estados herdaram características comuns: a língua francesa, o Franco CFA e os laços históricos (Kipo-Sunyehti & Lambon, 2025).

Mais, o Burkina Faso, o Mali e o Níger enfrentam desafios ambientais ligados à escassez hídrica e à degradação ambiental, os quais aprofundam as questões de segurança e desenvolvimento na região. Em termos securitários, os Estados em questão tornaram-se o epicentro mundial de atividades terroristas por parte de variados grupos extremistas, fator desestabilizante à região (Kipo-Sunyehti & Lambon, 2025).

##### 4.1. O caso do Burkina Faso

##### 4.1.1. Contextualização

Burkina Faso, com uma população estimada em 23 milhões (Kipo-Sunyehti & Lambon, 2025), enfrenta uma complexa combinação de desafios económicos, securitários e sociais. Desde 2018, o país tem registado um aumento acentuado de ataques jihadistas (Akinyetun, 2023), especialmente nas regiões do norte e do leste, áreas que integram a zona do Liptako-Gourma e que se tornaram epicentros de violência (Piombo, Kallel, & Englebert, 2024).



Imagem 5. Zona de Liptako-Gourma

A insegurança crescente resultou em cerca de 2.000 mortes apenas em 2019 (Davì, 2020) e, em 2024, o Burkina Faso foi considerado o país mais afetado pelo terrorismo no mundo, concentrando um quinto das mortes ocasionadas por atividades terroristas em nível global. Este cenário é agravado por má governança, fronteiras porosas e uma economia fortemente dependente da agricultura (Institute for Economics & Peace, 2025).

Em termos económicos, o Burkina Faso é um importante produtor de recursos naturais como algodão, manganês, zinco e ouro, sendo o quarto maior produtor mundial deste minério (Akinyetun, Ogunbodede, Ahoton, & Alausa, 2023). No entanto, a exploração do ouro tem se tornado uma vulnerabilidade, uma vez que as minas são frequentemente alvo de ataques e a extração ilegal tem financiado grupos armados como o Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin (JNIM), ligado à al-Qaeda (Institute for Economics & Peace, 2025). A queda nos preços do ouro, a redução da procura agregada e a desaceleração econômica em 2023 provocaram inflação e o declínio do setor de mineração (Sissoko, Tangara, & Dembele, 2024).

Além da instabilidade securitária, o país enfrenta tensões intercomunitárias, polarização política e o enfraquecimento da legitimidade estatal, fatores que ameaçam a coesão social e nacional (Davì, 2020).

#### *4.1.2. Cooperação ocidental*

A cooperação ocidental no Burkina Faso tem passado por profundas transformações nos últimos anos, refletindo as tensões geopolíticas, frustrações locais e uma reconfiguração estratégica das alianças internacionais do país. Historicamente, o Burkina Faso manteve estreitas relações com a França, herança do período colonial, materializadas em acordos como o de assistência técnica militar de 1961 e o pacto de defesa de 2019 (Ogbologu, 2025). Os Estados Unidos, por sua vez, mantiveram uma atuação voltada ao combate ao terrorismo, segurança de fronteiras, anticorrupção e desenvolvimento econômico (Piombo, Kallel, & Englebert, 2024; Institute for Economics & Peace, 2025).

#### *4.1.3. Golpes de Estado no Burkina Faso*

O Burkina Faso experienciou, em 2022, dois golpes de Estado que marcaram a trajetória política e ampliaram a instabilidade nacional. Em janeiro, o então presidente Roch Marc Christian Kaboré foi deposto após seis anos no poder, dando lugar ao coronel

Paul-Henri Sandaogo Damiba, que dissolveu o Governo e o parlamento, fechou as fronteiras e prometeu restaurar a segurança frente à crescente ameaça jihadista (Duarte, 2024; Kazeem, 2024). No entanto, apenas oito meses depois, em setembro, Damiba também foi derrubado, desta vez pelo capitão Ibrahim Traoré, o qual novamente dissolveu o parlamento e assumiu o poder com forte apoio popular (Sylla, 2024). O segundo golpe resultou na suspensão de Burkina Faso da CEDEAO e na imposição de sanções militares, aprofundando o isolamento diplomático do país (Jabo, 2024).

Ambos os golpes foram marcados por uma notável presença de manifestantes civis empunhando bandeiras russas, exigindo uma ruptura com a influência francesa e clamando por maior alinhamento com a Rússia. Durante a transição, a Embaixada da França em Uagadugu foi atingida por pedras e fogo, demonstrando um grau de insatisfação popular com a antiga potência colonial (Duarte, 2024). Esse simbolismo foi reforçado por uma crescente percepção da sociedade civil de que os líderes anteriores, tradicionalmente pró-França, não atendiam aos interesses nacionais, em contraste com os jovens militares que agora assumem o comando – fenômeno que tem se repetido em outros países africanos e que reflete um embate geracional e anticolonial (Sylla, 2024).

#### *4.1.4. Deslocação da cooperação no Burkina Faso*

No entanto, a crescente percepção pública de que a França falhava em lidar com a crise securitária, além de suspeitas de envolvimento na intensificação do conflito, levou ao fim dessa cooperação em 2023 (Piombo, Kallel, & Englebert, 2024). A decisão do governo de expulsar tropas francesas e encerrar acordos de defesa foi acompanhada por uma onda de protestos anti-França, marcados por símbolos pró-Rússia, como o uso da bandeira russa, e discursos contra o neocolonialismo (Sandor & Berlingozzi, 2025). A insatisfação também envolveu aspectos econômicos, como o fim do acordo de dupla tributação que favorecia empresas francesas em detrimento das economias africanas (Ogbologu, 2025).

A influência francesa tem sido desafiada pela crescente presença de atores como a Rússia, que fortaleceu sua atuação no Burkina Faso por meio do envio de tropas privadas, treinamento militar e campanhas pró-Rússia nas redes sociais e meios de comunicação locais (Fyanka, Popoola, & Ogundeji, 2024; Duarte, 2024, Vasudeo, 2024). Em 2024, o grupo África Korps, sucessor do Grupo Wagner, atuou temporariamente no país antes de

grande parte do seu contingente ser redirecionado para a Ucrânia, mostrando a limitação da presença russa (Institute for Economics & Peace, 2025). Ainda assim, o apoio público à Rússia cresceu, impulsionado principalmente por uma campanha de desinformação nas redes sociais e por uma retórica de emancipação em relação ao Ocidente (Duarte, 2024).

A cooperação com a Turquia também se tem intensificado. Ancara tem fornecido assistência militar, treinamento e promovido a venda de drones para combate ao terrorismo, além de ter impulsionado o comércio com o Burkina Faso. O governo turco, assim como as empresas e investidores privados turcos, têm investido paralelamente nos setores de infraestruturas, construção, energia, transportes e projetos residenciais. Mais, a Turquia tem utilizado da diplomacia cultural para estabelecer a sua presença na sociedade civil: são oferecidos programas sociais, projetos de reconstrução e reabilitação de centros religiosos muçulmanos, bolsas de estudos na Turquia e a promoção da língua turca no país, além do reforço na ajuda humanitária por meio de suprimentos médicos, alimentos, construção de hospitais e abrigos e a viabilização de campanhas de vacinação (Mustapha, 2024).

A China, por sua vez, ampliou sua presença econômica com investimentos em mineração e infraestrutura, além de acordos comerciais que mantêm a lógica tradicional de troca entre matérias-primas, agricultura e minérios burquinabês e produtos manufaturados chineses (Ouedraogo & Zhang, 2020). Além disso, Uagadugu concedeu licenças para exploração de ouro, cobre e níquel a Pequim, o qual, em contrapartida, investiu mais de mil milhões de yuans chineses, cerca de 120 milhões de euros, em segurança para garantir a integridade das minas (Institute for Economics & Peace, 2025).

#### *4.1.5. Dependência comercial*

Em termos comerciais, o Burkina Faso possui uma economia dependente do comércio com parceiros internacionais para suprir a necessidade de bens e serviços que a indústria não é capaz de prover. As importações originam-se principalmente da Costa do Marfim, França e China, e são compostas por combustíveis, produtos alimentícios, máquinas, veículos e bens manufaturados, essenciais para suprir a demanda interna.

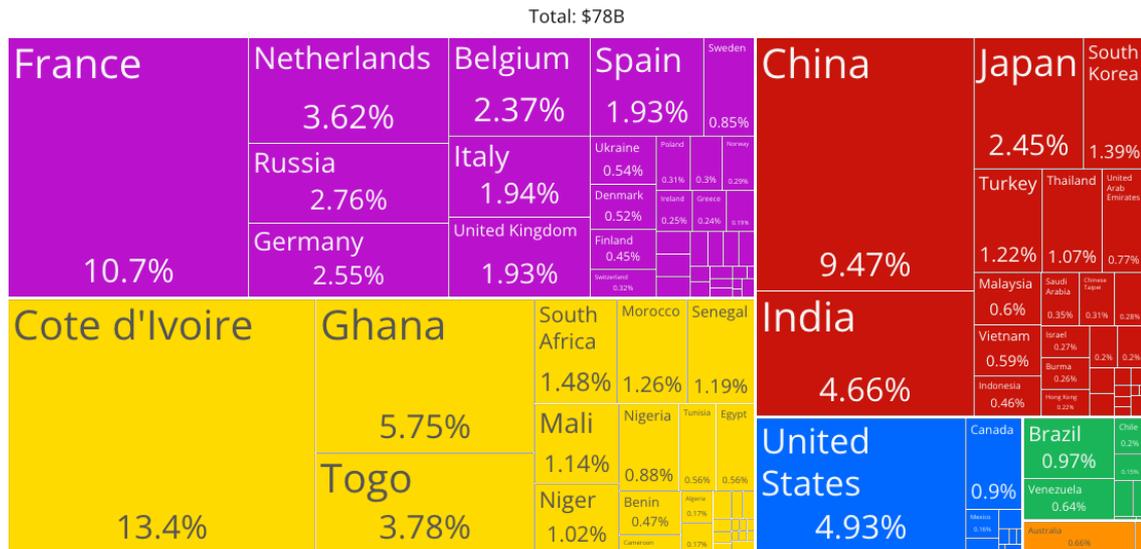


Imagem 6: Origem das importações do Burkina Faso (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/import/bfa/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/bfa/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023)

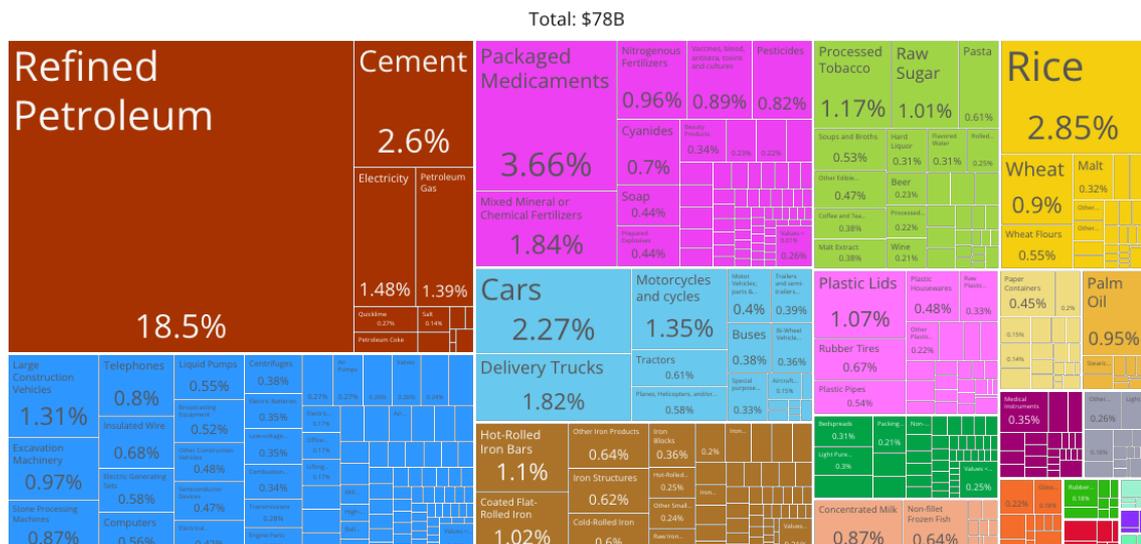


Imagem 7: Concentração de produtos importados no Burkina Faso (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/import/bfa/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/bfa/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023)

Em contrapartida, as exportações concentram matérias-primas, ressaltando-se o ouro, algodão, zinco e sementes variadas. Destacam-se a Suíça, a qual recebe 61% das exportações burquinabê, seguida da Índia, cerca de 7%. Essa estrutura comercial

evidencia a forte dependência do Burkina Faso da exportação de recursos primários e da importação de bens industrializados e energia.

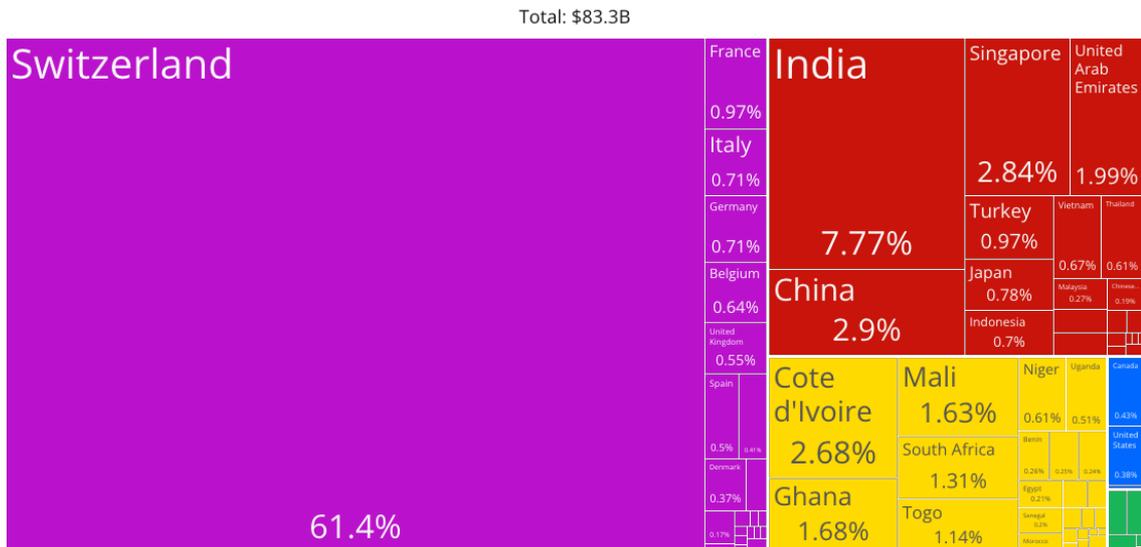


Imagem 8: Destino das exportações do Burkina Faso (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/export/bfa/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bfa/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023)

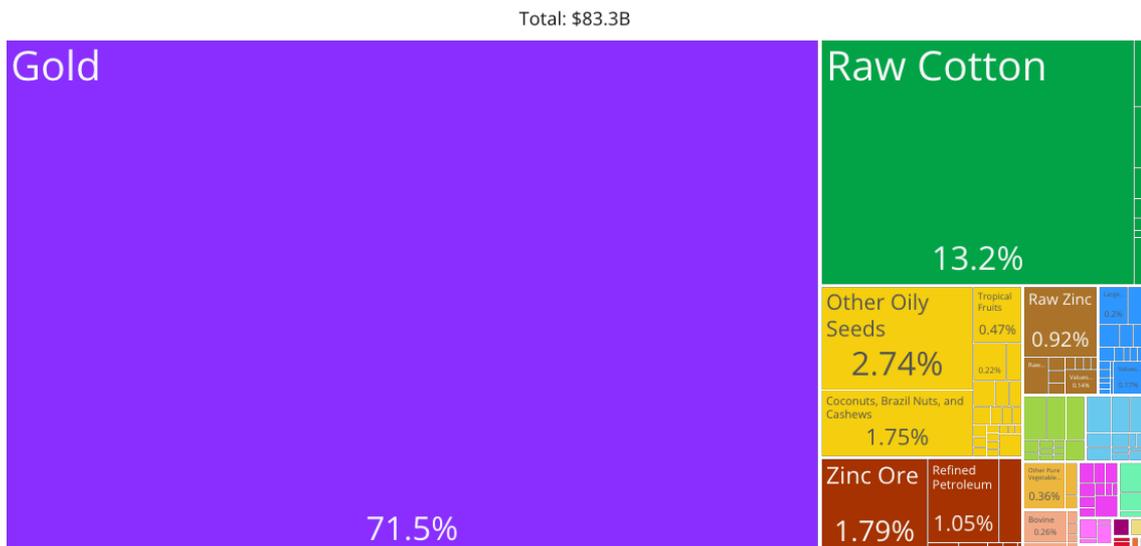


Imagem 9: Concentração dos produtos exportados do Burkina Faso (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/export/bfa/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bfa/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023)

## *4.2. O caso do Mali*

### *4.2.1. Contextualização*

O Mali, com uma população estimada em 24 milhões de pessoas (Kipo-Sunyehzi & Lambon, 2025), enfrenta uma complexa crise sociopolítica e securitária, marcada por conflitos étnicos, secessionismos, instabilidade política e expansão do extremismo violento. A revolução líbia teve papel catalisador na crise maliana ao provocar o retorno de combatentes tuaregues armados da Líbia, que lideraram a rebelião de 2012 e, em janeiro daquele ano, conquistaram cidades estratégicas como Timbuktu, Gao e Kidal (Adefisoye & Titus, 2025; Institute for Economics & Peace, 2025; Piombo, Kallel, & Englebort, 2024; Zhu & Gao, 2024; Adu & Mezyaev, 2023; Akinyetun, 2023).

O país é palco de tensões históricas entre o governo central e grupos tuaregues no norte, que reivindicam a independência do território de Azauade. Este movimento separatista, intensificado com a criação do Movimento Nacional de Libertação do Azauade (MNLA), encontrou apoio e aliança com grupos jihadistas como Ansar Dine, Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (MUJAO) e Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), especialmente após a queda de Muammar Gaddafi na Líbia em 2011 (Bertrand, Chafer, & Stoddard, 2024; Adu & Mezyaev, 2023).

O agravamento da crise e a percepção de ineficiência governamental culminaram em um golpe de Estado em março de 2012, o primeiro de uma série de rupturas institucionais que levariam a novos golpes em agosto de 2020 e maio de 2021 (Ndah, Edet, Nkwati, Julius, & Nso, 2025; Charbonneau, 2021).

Além da instabilidade política, o Mali enfrenta condições estruturais que favorecem a violência: pobreza crônica, escassez de recursos, crescimento populacional desordenado e impactos das mudanças climáticas (Akinyetun, 2023). A frágil presença do Estado no norte permite que grupos jihadistas assumam funções administrativas e ofereçam serviços básicos, ganhando apoio popular. Essas dinâmicas tornaram o Mali um dos países com maior crescimento da atividade terrorista desde 2007, sendo o quarto mais afetado em 2024, com 77 ataques e resultando em 322 mortes (Institute for Economics & Peace, 2025).

A crise também está ligada à desigualdade regional. A capital, Bamako, concentra 70% da atividade industrial, enquanto o norte permanece marginalizado, servindo como rota de migração, contrabando e tráfico (Besenyő & Sólyomfi, 2024). As principais atividades económicas - pesca, indústria têxtil, indústria alimentícia e mineração - são afetadas pela insegurança. A mineração de ouro, que representa 95% da produção mineral e faz do Mali o terceiro maior produtor do continente, também é afetada pela instabilidade, sendo muitas vezes alvo de disputas entre grupos armados (Besenyő & Sólyomfi, 2024; Akinyetun, Ogunbodede, Ahoton, & Alausa, 2023).

#### *4.2.2. Cooperação ocidental no Mali*

A cooperação internacional ocidental no Mali, ao longo da última década, consolidou-se como uma resposta multifacetada à intensificação das crises políticas e à emergência de insurgências jihadistas. Tal cooperação foi caracterizada principalmente por intervenções militares, especialmente francesas, acompanhada do envolvimento de organizações multilaterais como as Nações Unidas, a União Europeia e os Estados Unidos, além de parcerias regionais como o G5 Sahel. No entanto, apesar da amplitude dos esforços, a cooperação enfrentou uma série de entraves, resultando em críticas severas, retirada de forças estrangeiras e reconfigurações diplomáticas (Bertrand, Chafer, & Stoddard, 2024; Besenyő & Sólyomfi, 2024; Baldaro, 2021; Plank & Bergmann, 2021).

A intervenção militar francesa teve início em janeiro de 2013 com a Operação Serval, solicitada pelo governo interino malinês (Adu & Mezyaev, 2023; Welz, 2022; Charbonneau, 2021; Cold-Ravnkilde & Jacobsen, 2020). Com cerca de 4.000 soldados franceses e 2.000 combatentes chadianos (Chafer, Cumming & Velde, 2020), a missão visava retomar o controle do norte do Mali, à época ocupado por rebeldes tuaregues e grupos jihadistas, como a AQMI, Ansar Dine e o MUJAO. A ofensiva obteve êxito inicial, reconquistando centros urbanos estratégicos como Timbuktu, Gao e Kidal (Bertrand, Chafer & Stoddard, 2024).

Em 2014, a Operação Serval foi sucedida pela Operação Barkhane, com escopo regional mais amplo, voltado ao combate ao terrorismo no espaço transfronteiriço do Sahel - Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade - em cooperação com o G5 Sahel (Ndah, Edet, Nkwati, Julius & Nso, 2025; Bertrand, Chafer, & Stoddard, 2024; Piombo, Kallel, & Englebort, 2024; Chafer, Cumming & Velde, 2020). Contudo, a operação foi

alvo de severas críticas, destacando-se a sua ineficácia em neutralizar grupos jihadistas (Besenyő & Sólyomfi, 2024), falhas na proteção da população civil (Bertrand, Chafer & Stoddard, 2024) e a intensificação do sentimento anti-França, dada a ausência de soluções políticas duradouras (Charbonneau, 2021). Esses fatores culminaram na extinção oficial da Barkhane, em 15 de agosto de 2022, seguida pela retirada total das tropas francesas em 2023.

Por outro lado, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) estabelecida em 2013, tinha como mandatos principais a restauração da autoridade estatal, a implementação dos acordos de paz e o apoio às forças do G5 Sahel (Besenyő & Sólyomfi, 2024; Bertrand, Chafer & Stoddard, 2024; Charbonneau, 2021). Apesar dos esforços logísticos e do elevado custo humano, a missão não obteve êxito em reduzir significativamente a violência nem em promover reconciliação entre o governo central e os movimentos separatistas (Adu & Mezyaev, 2023). A crescente deterioração das relações com o governo de transição levou à sua retirada definitiva em 2023.

Por seu turno, a Missão de Treinamento Militar da União Europeia (EUTM Mali), iniciada em 2013, e a EUCAP Sahel Mali, de 2014, visaram fortalecer, respectivamente, as capacidades das Forças Armadas e das instituições civis de segurança do Mali. Além destas, a União Europeia lançou a Força-Tarefa Takuba, com foco no patrulhamento de áreas de alto risco e em apoio à Operação Barkhane, e foi desmobilizada em julho de 2022 (Institute for Economics & Peace, 2025; Bertrand, Chafer & Stoddard, 2024).

Além das intervenções francesas, das Nações Unidas e da União Europeia, os Estados Unidos tornaram-se como parceiro tradicional do Mali, tendo a sua atuação sido definida em três fases distintas. A primeira, entre 2002 e 2008, foi marcada pela Iniciativa Pan Sahel, voltada ao fornecimento de treinamento e equipamentos militares. Entre 2008 e 2013, houve intensificação da assistência, embora sem resultados expressivos em termos de desempenho das forças locais (Zhu & Gao, 2024). A partir de 2013, o Mali passou a figurar entre os principais beneficiários da ajuda securitária estadunidense na região, com investimentos que chegaram a US\$ 156 milhões em 2020 (Institute for Economics & Peace, 2025; Piombo, Kallel, & Englebert, 2024). No entanto, os recursos agravaram a dependência estrutural do país em relação à ajuda externa (Zhu & Gao, 2024).

#### *4.2.3. Golpes de Estado no Mali*

A instabilidade política no Mali intensificou-se após as eleições legislativas de abril de 2020, cuja legitimidade foi amplamente contestada pela população. A percepção de fraude eleitoral, combinada com a crescente insatisfação frente à insegurança persistente e à má governança, desencadeou uma onda de protestos que resultou em dezenas de mortes e centenas de feridos (Adu & Mezyaev, 2023). Este cenário de agitação social culminou, em agosto de 2020, no primeiro golpe militar liderado pelo coronel Assimi Goïta, que depôs o então presidente Ibrahima Boubacar Keïta (Sylla, 2024; Kazeem, 2024).

Em reação, a CEDEAO impôs sanções, previstas nos tratados da organização: fechamento das fronteiras, suspensão de transações financeiras e comerciais, congelamento de ativos estatais e interrupção da assistência financeira ao país (Jabo, 2024; Adu & Mezyaev, 2023). Apesar das medidas, um segundo golpe ocorreu em maio de 2021, quando o governo de transição liderado por Bah N'Daw foi deposto, consolidando Goïta como chefe de Estado (Kazeem, 2024).

Os sucessivos golpes de Estado revelaram tanto a crise institucional interna quanto o falhanço da estratégia internacional, especialmente das intervenções francesas no combate ao terrorismo no norte do país (Ndah Edet, Nkwati, Julius, & Nso, 2025). Segundo Sylla (2024), esses movimentos foram conduzidos por jovens oficiais das forças especiais, na faixa dos 30 anos, como reação à gerontocracia dominante desde a independência e à aliança contínua das lideranças veteranas com interesses franceses. A figura de Goïta, com 37 anos à época, simbolizou uma ruptura geracional e política significativa.

Do ponto de vista social, os golpes foram amplamente apoiados por uma juventude frustrada, que os enxergou como um meio de restaurar a soberania nacional e pôr fim à exploração externa (Institute for Economics & Peace, 2025). Além disso, a União Europeia e outros organismos internacionais recusaram-se a reconhecer a legitimidade da mudança de governo, pressionando por um retorno à ordem constitucional (Besenyő & Sólyomfi, 2024). Embora uma transição democrática tenha sido inicialmente prometida para 2022, o cronograma foi adiado indefinidamente, estendendo-se para um período de até cinco anos (Kazeem, 2024).

#### *4.2.4. Deslocação da cooperação no Mali*

A insuficiência nos resultados da cooperação promovida pelos parceiros ocidentais levou à erosão da confiança do Mali para com o seus parceiros tradicionais: França, Estados Unidos, ONU e CEDEAO (Zhu & Gao, 2024). Neste contexto, a frustração pública devido à percepção de fracasso da cooperação internacional para a segurança do país levou a grandes protestos a favor do fim das relações com a França (Sandor & Berlingozzi, 2025). As campanhas de desinformação promovidas pela Rússia impulsionaram ainda mais o crescimento do sentimento anti-França e anti-Occidente, além de alimentar narrativas falsas criadas com objetivo de propagar a imagem negativa da presença francesa no país (Duarte, 2024; Tull, 2021).

A partir de 2021, os sucessivos golpes de Estado no Mali e o crescente desgaste das relações diplomáticas com a França (Bangura, 2022) e demais parceiros ocidentais criaram espaço para o fortalecimento da presença russa, sobretudo por meio do Grupo Wagner (Besenyő & Sólyomfi, 2024), China e Turquia (Fyanka, Popoola & Ogundeji, 2024). Esse processo resultou na expulsão das forças ocidentais, no encerramento das missões da ONU e da UE, na adoção de uma retórica soberanista e anti-neocolonial por parte do governo militar e na intensificação das violações de direitos humanos sob a égide da atuação russa (Ogbologu, 2025; Duarte, 2024).

A Rússia assumiu um papel central na nova política externa do Mali. Além da presença militar por meio do Grupo Wagner, posteriormente reformulado como África Korps (Fyanka, Popoola & Ogundeji, 2024; Mensah & Aning, 2022), Moscovo ofereceu assistência técnica, equipamentos, treinamento e apoio direto ao governo de transição (Horak, Drmotova, Stodola & Kutej, 2024). Em termos económicos, a Rússia tem investido em atividades como a mineração a fim de explorar as jazidas locais: em 2023 foi assinado um acordo que permitia a construção de uma refinaria capaz de processar 200 toneladas de ouro por ano (Horak, Drmotova, Stodola & Kutej, 2024; Vasudeo, 2024). Simultaneamente, a diplomacia cultural russa intensificou-se, com a criação de centros culturais e linguísticos em Bamako e campanhas massivas de propaganda pró-Rússia nas redes sociais, a fim de criar condições para expandir a influência nos países da região (Horak, Drmotova, Stodola & Kutej, 2024; Duarte, 2024; Mensah & Aning, 2022). Neste contexto, o Mali considera a Rússia uma alternativa aos parceiros ocidentais,

mas sem impor condições como a promoção da democracia e dos direitos humanos como requisitos para a cooperação e ajuda (Mensah & Aning, 2022).

Em paralelo à Rússia, a Turquia tem expandido a sua presença através de acordos militares, comerciais e culturais. Ancara promove treinamentos militares, apoio logístico e inteligência, além de estreitar laços culturais e fornecer ajuda humanitária (Mustapha, 2024).

A China, por sua vez, intensificou a sua presença após 2021 (Institute for Economics & Peace, 2025), investindo em infraestrutura, logística e recursos minerais, como o lítio, alinhando o seu interesse econômico à estabilidade local (Gilpin, 2023). O Estado chinês ainda tem investido na colaboração militar no Mali a fim de assegurar a viabilidade dos seus próprios interesses, como a segurança e integridade das minas (Rapanyane & Sethole, 2020).

#### 4.2.5. Dependência comercial

No âmbito comercial, a economia do Mali segue o mesmo padrão que Burkina Faso em termos da dependência das relações externas, uma vez que necessita importar bens e serviços, a qual a sua indústria não produz. As importações vêm, principalmente, do Senegal, Costa do Marfim, França e China, englobando combustíveis, medicamentos, alimentos, veículos, máquinas e outros produtos manufaturados.

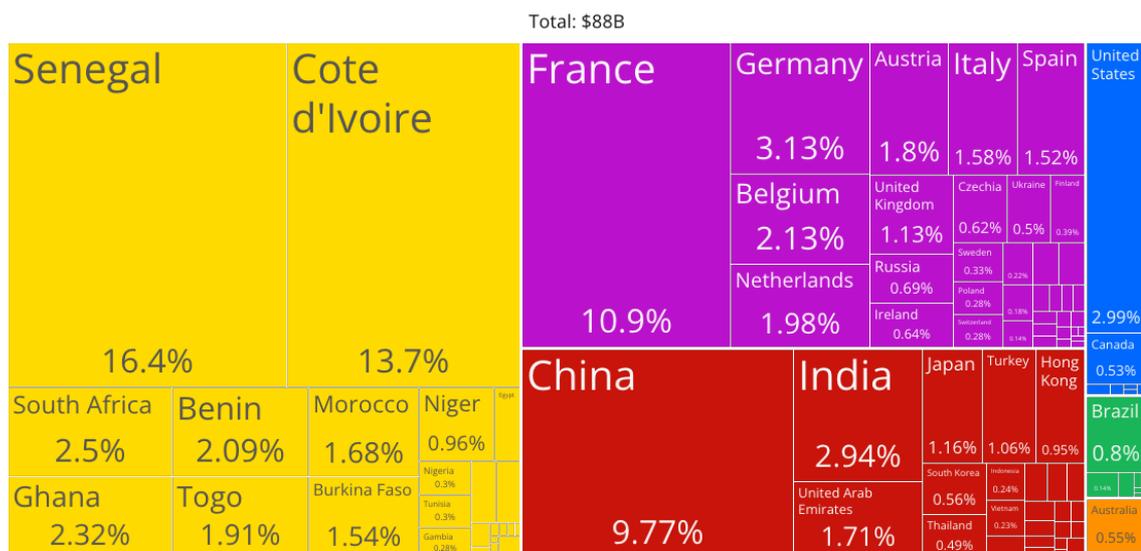


Imagem 10: Origem das importações do Mali (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/import/mli/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/mli/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001)

2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.202  
0.2021.2022.2023

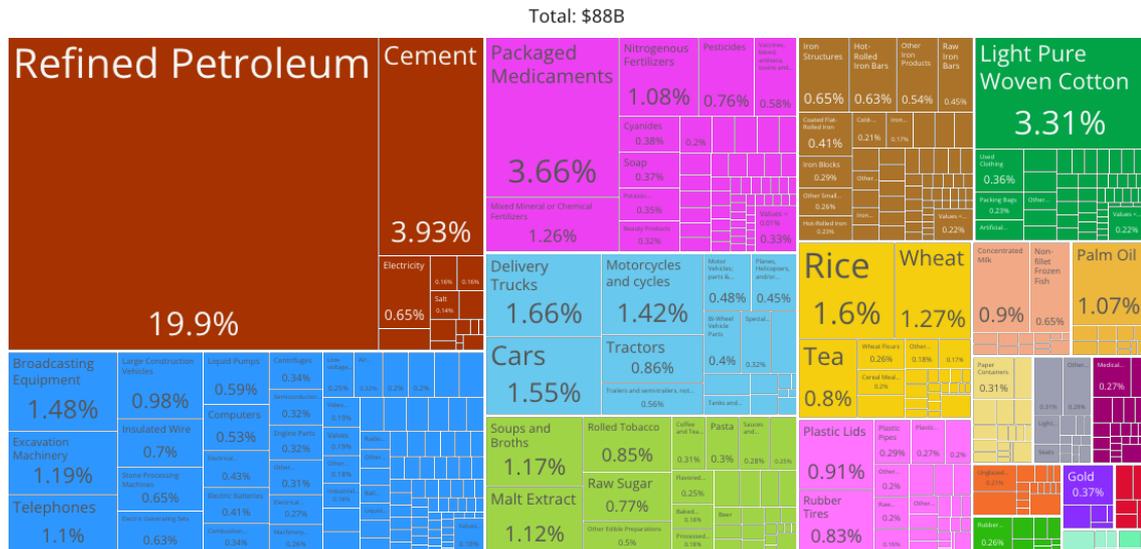


Imagem 11: Concentração de produtos importados no Mali (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/import/mli/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/mli/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023)

O Mali concentra suas exportações em matérias-primas, sobretudo ouro, algodão, produtos de origem bovina e diferentes tipos de sementes. Os Emirados Árabes Unidos, África do Sul e a Suíça são os maiores mercados da indústria malina. Tal como o Burkina Faso, os gráficos apontam para uma dinâmica comercial na qual o Mali exporta matérias-primas e importa produtos manufaturados de indústrias mais desenvolvidas e diversificadas.

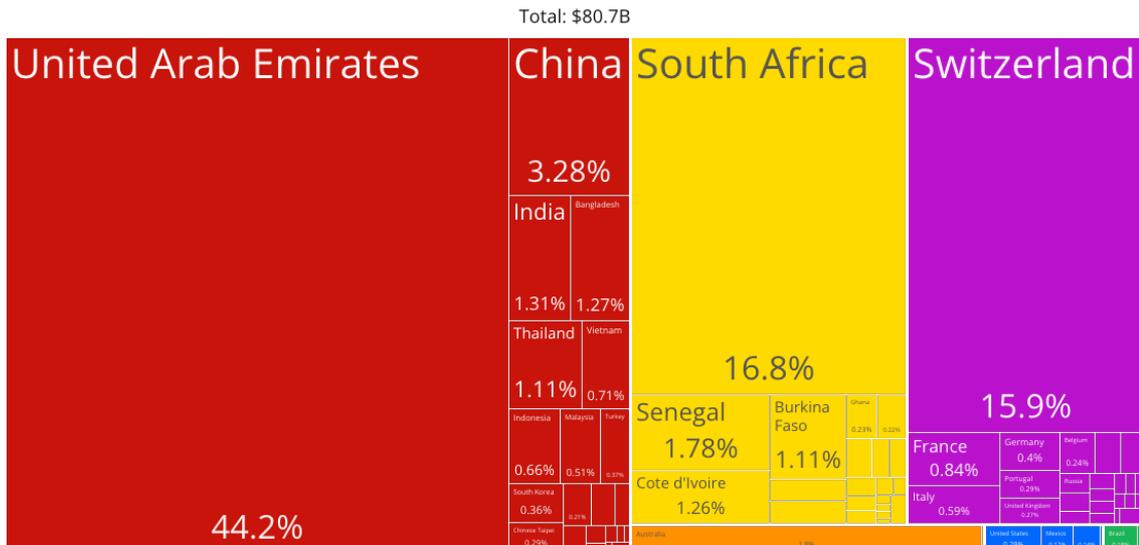


Imagem 12: Destino das exportações do Mali (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/export/mli/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/mli/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023)



Imagem 13: Concentração dos produtos exportados do Mali (1995-2023). Fonte:

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/export/mli/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/mli/all/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022.2023)

### *4.3. O caso do Níger*

#### *4.3.1. Contextualização*

O Níger, com cerca de 26 milhões de habitantes, é um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo (Rogers & Goxho, 2023; Cabestan, 2018), ocupando a 189<sup>a</sup> posição entre 191 países no Índice de Desenvolvimento Humano (Oduoye et al., 2024). O país enfrenta uma combinação crítica de crises humanitárias recorrentes, insegurança alimentar, infraestrutura precária e pressão migratória, sendo destino para milhares de refugiados que fogem de conflitos armados na região (Oduoye et al., 2024; Thiombiano & Zhang, 2020).

A sua economia é maioritariamente agrária, com baixa industrialização e forte dependência da extração de recursos como ouro, carvão, petróleo e especialmente urânio (Sissoko, Tangara & Dembele, 2024; Akinyetun, Ogunbodede, Ahoton & Alausa, 2023). Apesar da sua riqueza mineral, o Níger permanece estruturalmente frágil e vulnerável. O país é atualmente o quarto maior produtor mundial de urânio (Akinyetun, Ogunbodede, Ahoton & Alausa, 2023), recurso estratégico para potências como França, China e países europeus — o que o coloca no centro de disputas geopolíticas e energéticas (Institute for Economics & Peace, 2025).

A segurança nacional tem-se deteriorado progressivamente desde a queda de Muammar Gaddafi na Líbia em 2011, que provocou a proliferação de armas e mercenários na região do Sahel. O norte do Níger passou a ser alvo do grupo AQIM, enquanto o sul tem sofrido ataques contínuos do Boko Haram, ambos representantes do jihadismo islâmico radical. Além disso, a violência jihadista oriunda do Mali espalhou-se para o Burkina Faso e, posteriormente, atingiu a região fronteiriça de Tillabéri, área conhecida como "zona das três fronteiras" (Piombo, Kallel & Englebort, 2024; Cabestan, 2018). Em 2024, o Níger foi considerado o quinto país mais vulnerável a ataques terroristas no mundo, registando o maior crescimento global no número de mortes por terrorismo — um aumento de 94% em relação ao ano anterior (Institute for Economics & Peace, 2025).

Desde 2018, episódios de violência nas fronteiras e protestos internos multiplicaram-se (Akinyetun, 2023). A persistente instabilidade política, combinada com os constrangimentos climáticos como secas e a fome, agrava a vulnerabilidade da população,

afetando milhões de pessoas e exigindo ajuda humanitária urgente (Oduoye et al., 2024; Thiombiano & Zhang, 2020).

#### *4.3.2. Cooperação ocidental no Níger*

A cooperação ocidental no Níger tem-se estruturado em torno de dois eixos principais: a luta contra o terrorismo e as atividades económicas particularmente na exploração de urânio, recurso estratégico fundamental para a segurança energética da França e da Europa. Embora apresentada como parceria de segurança e desenvolvimento, essa cooperação foi marcada por assimetrias políticas e económicas e por uma crescente contestação popular (Korotayev Issaev, Ilyina, Zinkina, & Voronina, 2024; Tuki, 2024).

Desde o início da década de 2000, a presença francesa no Níger foi-se intensificado, principalmente em torno da proteção das minas de urânio exploradas pela empresa Orano, anteriormente Areva, que investiu cerca de 1,5 mil milhões de dólares na segunda maior mina de urânio do mundo (Korotayev Issaev, Ilyina, Zinkina, & Voronina, 2024). A França, interessada em garantir o suprimento de urânio para suas usinas nucleares, manteve tropas no norte do país mesmo antes do lançamento da Operação Barkhane, a qual foi oficialmente desenhada para o combate ao terrorismo. Contudo, a percepção popular era de que essa presença estrangeira era excessiva e pouco benéfica para a população local, além de pouco transparente e danosa aos habitantes da região, aprofundando sentimentos anticolonialistas e de resistência ao governo (Korotayev Issaev, Ilyina, Zinkina, & Voronina, 2024; Tuki, 2024).

Com a deterioração das relações entre França e Mali em 2022, tropas da operação Barkhane foram remanejadas para o Níger. Um acordo entre os dois países determinou que essas forças só atuariam sob comando das Forças Armadas nigerinas, proibindo operações unilaterais (Piombo, Kallel & Englebert, 2024; McCullough & Sandor, 2024). No entanto, essa movimentação causou tensões regionais, sobretudo com o Mali e o Burkina Faso, os quais se recusaram a com o Níger enquanto este colaborasse com os franceses, fator que dificultou a coordenação no combate ao terrorismo transfronteiriço (McCullough & Sandor, 2024). Entretanto, e como pico da tensão entre o Níger e a

França, recentemente, a 20 de Junho de 2025, o governo nigerino acabou por nacionalizar a mina de urânio Somair operada pela Orano<sup>12</sup>.

Os Estados Unidos também desempenharam papel relevante na cooperação securitária, com a instalação de diversas bases militares, incluindo uma de drones em Agadez, e atividades de treinamento de tropas locais (Trouzine & Abdellaoui, 2025; Rogers & Goxho, 2023; Wilén, 2021). Ainda assim, o relacionamento entre o Níger e os EUA permaneceu relativamente frágil, culminando na solicitação de retirada das tropas americanas em 2023 (Piombo, Kallel & Englebert, 2024; Wilén, 2021).

Outros Estados ocidentais e organizações internacionais fizeram-se presente no Níger por meio da cooperação internacional. A União Europeia atuou por meio da missão EUCAP Sahel Níger, oferecendo suporte técnico e treinamento. Países como Alemanha, Bélgica, Itália, Dinamarca e Canadá participaram com forças especiais, unidades de inteligência, ou por meio de missões como a *Operation Gazelle*, *Operation New Nero* e *Operation Naberius*, que visavam fortalecer a segurança de fronteiras e combater grupos armados (Rogers & Goxho, 2023; Wilén, 2021). A assistência internacional, contudo, foi criticada por falta de coordenação e por responder mais a interesses destes atores, como o controle migratório e a segurança energética a fim da manutenção das atividades económicas, do que às necessidades do país (Rogers & Goxho, 2023).

#### 4.3.3. Golpes de Estado no Níger

Em julho de 2023, o Níger foi cenário de um golpe de Estado que resultou na deposição do presidente democraticamente eleito Mohamed Bazoum. A ação foi liderada por Abdourahamane Tiani, chefe da Guarda Presidencial, e representou uma ruptura significativa na ordem política do país (Humza & Irrum, 2025; Jabo, 2024; Kohnert, 2023).

Diversos fatores estruturais e conjunturais contribuíram para a eclosão do golpe. Um dos principais argumentos utilizados pelos militares foi a incapacidade do governo de conter o avanço das ameaças jihadistas no território nigerino, que colocavam em risco a segurança nacional (Humza & Irrum, 2025; Institute for Economics & Peace, 2025). Outro fator relevante foi a insatisfação popular crescente com o governo de Bazoum,

---

<sup>12</sup> Conforme <https://www.reuters.com/world/africa/niger-nationalize-somair-uranium-venture-operated-by-frances-orano-2025-06-19/>

marcada por denúncias de corrupção, agravamento das condições econômicas e má gestão dos recursos naturais (Korotayev Issaev, Ilyina, Zinkina, & Voronina, 2024).

Mais, a legitimidade democrática do governo também foi questionada devido a alegações de fraudes eleitorais e manipulação do processo político, o que teria contribuído para uma crise de confiança nas instituições democráticas do país (Korotayev Issaev, Ilyina, Zinkina, & Voronina, 2024). Além disso, a influência dos eventos recentes em países vizinhos, como Mali e Burkina Faso, onde golpes militares ocorreram sem resposta contundente da comunidade internacional, serviu como precedente encorajador para a ação dos militares nigerinos (Ndah, Edet, Nkwati, Julius, & Nso, 2025).

A resposta da comunidade internacional foi marcada por condenações severas e a imposição de sanções. A CEDEAO suspendeu o Níger das suas atividades, impôs sanções econômicas e ameaçou realizar uma intervenção militar caso Bazoum não fosse reinstituído (Sylla, 2024; Jabo, 2024; Kohnert, 2023). O Senegal, a Costa do Marfim e o Benin anunciaram disposição para o envio de tropas para o Níger (Sylla, 2024). Ainda em retaliação ao golpe de Estado, a Nigéria, principal fornecedor de energia elétrica ao Níger, cessou o fornecimento, agravando a crise humanitária (Obasi, 2023).

Em contrapartida à resposta da CEDEAO, a junta militar nigerina recebeu apoio de governos militares de países vizinhos, como Mali, Burkina Faso e Guiné, que declararam que qualquer intervenção militar da CEDEAO seria considerada um ato de guerra contra seus respectivos Estados (Sylla, 2024; Kohnert, 2023).

Diversos atores ocidentais reagiram com medidas punitivas. França, União Europeia, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e Nações Unidas suspenderam programas de ajuda e manifestaram repúdio ao golpe. Em especial, os Estados Unidos interromperam cerca de 200 milhões de dólares em programas de assistência (Korotayev Issaev, Ilyina, Zinkina, & Voronina, 2024). A França defendeu a restituição de Bazoum e apoiou publicamente uma intervenção da CEDEAO, mas foi amplamente rejeitada pela nova administração, intensificando a retórica anti-francesa no país (Trouzine & Abdellaoui, 2025; Sylla, 2024).

As sanções e bloqueios impostos ao país desencadearam consequências humanitárias e econômicas. A escassez de alimentos, medicamentos e bens essenciais agravou a insegurança alimentar, sobretudo em áreas já vulneráveis (Obasi, 2023; Oduoye et al.,

2024). Além destes efeitos, o declínio substancial do comércio exterior nos setores da agricultura, urânio e petróleo, junto à queda do investimento privado e da liquidez bancária, exacerbou os níveis de pobreza no país (Sissoko, Tangara & Dembele, 2024).

Apesar das críticas internacionais, o golpe de Estado obteve certo respaldo popular, influenciado por sentimentos anti-franceses e pela percepção de que a ordem democrática anterior atendia a interesses estrangeiros (Sandor & Berlingozzi, 2025). Neste âmbito, Estados como a China, Rússia e a Turquia passaram a ser percebidos como alternativas não coloniais para cooperação internacional.

#### *4.3.4. Deslocação da cooperação no Níger*

Após o golpe militar de 2023, o novo governo nigerino adotou uma postura de soberania nacional, ordenando a expulsão das tropas francesas e americanas, encerrando cinco acordos militares com a França e finalizando a cooperação com missões europeias como a EUCAP Sahel Niger e a EUMPM Niger (Ogbologu, 2025; Grütjen, 2024; Piombo, Kallel & Englebert, 2024).

A Rússia passou a fornecer treinamento militar, sistemas de defesa aérea e assistência securitária. Em 2024, forças russas, através do Grupo Wagner, chegaram ao Níger, visando preencher o vácuo deixado pelas tropas ocidentais e controlar as fronteiras frente à ameaça jihadista (Humza & Irrum, 2025; Fyanka, Popoola, & Ogundeji, 2024; Vasudeo, 2024). Essa aproximação provocou tensões com os EUA e preocupa a França quanto à exploração do urânio pelas novas potências (Trouzine & Abdellaoui, 2025).

A China, por outro lado, já vinha expandindo a sua presença desde meados dos anos 2000, especialmente nos setores de petróleo e infraestrutura. Em 2007, ganhou acesso à mina de urânio de Aelik e investiu grandes quantias em exploração de petróleo e construção de infraestrutura, como estradas e a "Ponte da Amizade", situada em Niamey (Cabestan, 2018). A China ainda tem substituído empresas ocidentais, como a Orano, cujas licenças foram revogadas após o golpe de estado 2023 (Institute for Economics & Peace, 2025).

Além da Rússia e da China, a Turquia tem atuado com forte presença econômica, diplomática e militar. Assim como nos casos do Burkina Faso e Mali, além de promover a venda de drones e fornecer assistência humanitária, Ancara assinou em 2021 um acordo

de defesa secreto para assistência militar a fim de proteger os seus interesses econômicos e manter uma presença relevante na região. Mais, a Turquia ainda promove a diplomacia cultural por meio de iniciativas educacionais e religiosas, a fim de criar relações com o povo nigerino (Mustapha, 2024; Rogers & Goxho, 2023).

Entretanto, em junho de 2025, o Governo nigerino havia suspenso a cooperação militar com a Rússia e a Turquia. A cessação dos serviços turcos e russos ocorreu após a insatisfação de Niamey para com os resultados obtidos em termos de segurança nos últimos meses (ADF, 2025).

Além dos novos parceiros já citados, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos têm investido em projetos de infraestrutura e segurança. Enquanto Riad tem promovido projetos de desenvolvimento e acordos de segurança, Abu Dhabi estabeleceu uma base militar próxima à fronteira com a Líbia, refletindo preocupações com rotas migratórias e segurança transfronteiriça (Rogers & Goxho, 2023).

#### *4.3.5. Dependência comercial*

O Níger depende fortemente do comércio exterior para suprir suas necessidades e escoar sua produção. As importações originam-se principalmente da China e França, ressaltando-se ainda os Estados Unidos e a Nigéria. Os bens importados concentram-se nas categorias de alimentos, combustíveis, veículos, máquinas e outros produtos manufaturados.





## 5. A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ESTADOS DO SAHEL

Os Estados do Sahel constituíram, em 2023, a Aliança dos Estados do Sahel (AES), a qual, em 2024, evoluiu para uma Confederação com propósitos multidimensionais, incluindo os âmbitos económico, político, social e securitário (Humza & Irrum, 2025). Para o Burkina Faso, o Níger e o Mali, a criação desta instituição simboliza uma virada estratégica e geopolítica em direção à afirmação das próprias soberanias, integração e reconfiguração no sistema-mundo.

Assim, neste capítulo será analisada a gênese e os desdobramentos da AES, explorando suas ambições confederativas, a ruptura dos membros com a CEDEAO, e seu alinhamento estratégico com potências não ocidentais, destacando as oportunidades e contradições que marcam essa nova fase política no Sahel.

### *5.1. Surgimento de uma aliança para segurança*

A constituição da Aliança dos Estados do Sahel, foi formalizada em 16 de setembro de 2023 pela assinatura da Carta de Liptako-Gourma, um pacto de mútua defesa, por Burkina Faso, Mali e Níger (Ndah, Edet, Nkwati, Julius, & Nso, 2025; Humza & Irrum, 2025; Grütjen, 2024). Inicialmente concebida como uma resposta à ameaça de intervenção militar da CEDEAO no Níger após o golpe de Estado de julho de 2023 e visando combater o terrorismo e secessionismos (Osuchukwu, Itেকে, & Emesiani, 2025; Sissoko, Tangara, & Dembele, 2024; Jabo, 2024), a AES consolidou-se rapidamente como uma aliança militar e política com aspirações mais amplas de integração econômica e afirmação soberana (Mounira, 2025).

A Carta de Liptako-Gourma estabelece um pacto de defesa coletiva, no qual qualquer agressão à soberania ou à integridade territorial de um dos membros será considerada um ataque a todos. Esse princípio foi explicitamente endossado pelos líderes dos três países, Ibrahim Traoré (Burkina Faso), Assimi Goïta (Mali) e Abdourahamane Tchiani (Níger), refletindo um compromisso comum com a soberania e a autodeterminação frente às ameaças externas e internas (Osuchukwu, Itেকে, & Emesiani, 2025; Kufour, 2025; Mounira, 2025; Hamza & Irrum, 2025; Kazeem, 2024). A retórica pan-africanista e anti-imperialista tornou-se central ao discurso da AES, alimentada por críticas à atuação da França e à percepção de que a CEDEAO estaria capturada por interesses neocoloniais

(Sylla, 2024). Os pilares da AES – soberania, solidariedade, identidade regional e defesa coletiva – são apoiados por uma retórica de resistência ao neocolonialismo e pela busca por alternativas para cooperação fora do contexto ocidental (Ogbologu, 2025; Sandor & Berlingozzi, 2025; Sandor, Frowd & Hoñke, 2025; Vasudeo, 2024; Sylla, 2024).

A criação da AES está profundamente conectada ao colapso funcional do G5 do Sahel, iniciativa fundada em 2014 por Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, para coordenação securitária e desenvolvimento regional (Kipo-Sunyezi & Lambon, 2025; Plank & Bergmann, 2021) que sofreu com a retirada do Mali em 2022 (Dorsey, 2023; Gözkaman, 2023) e, posteriormente, do Burkina Faso e do Níger em 2022 (Korotayev, Issaev, Ilyina, Zinkina, & Voronina, 2024). Ao contrário do G5 do Sahel (G5S), cuja estrutura era fortemente dependente do financiamento europeu e da orientação estratégica francesa (Sandor, Frowd, & Hoñke, 2025; Seiyefa, 2023), a AES emerge como uma tentativa de substituição regional menos vinculada ao Ocidente e mais próxima de novos aliados como a Rússia, a China e a Turquia (Sandor, Frowd & Hoñke, 2025; Horak, Drmotova, Stodola & Kutej, 2024; Mustapha, 2024). A experiência frustrada com o G5S, marcado por limitações operacionais, falhas logísticas e resultados modestos no combate ao jihadismo, alimentou o desejo de uma nova abordagem, mais autônoma e adaptada às realidades regionais (Sandor & Berlingozzi, 2025; Sylla, 2024; Vasudeo, 2024).

Os Estados anunciaram formalmente a saída da CEDEAO a 28 de janeiro de 2024 (Sissoko, Amadou & Lamine, 2024), acusando a organização de estar capturada pelos interesses imperialistas e neocoloniais das potências ocidentais (Sylla, 2024; Vasudeo, 2024). A decisão obteve apoio das populações dos países da AES, as quais criticaram a forma como a CEDEAO lidou com os golpes de Estado, particularmente com as sanções que exacerbaram a pobreza, e a forma como a organização está às ordens dos poderes estrangeiros (Sandor & Berlingozzi, 2025).

### *5.2. Evolução para uma Confederação Política e Econômica*

Além da componente militar, a AES também visa a integração econômica e monetária (Sylla, 2024). A decisão de aprofundar a cooperação foi formalizada em encontros ministeriais, como o ocorrido em Bamako a 25 de novembro de 2023, onde ministros das Finanças e da Economia dos três países delinearão áreas prioritárias de integração:

comércio, livre circulação de pessoas e bens, segurança alimentar e energética, indústria, financiamento, atualização jurídica e reformas institucionais (Humza & Irrum, 2025; Grütjen, 2024).

Essa abordagem reflete um esforço sistemático para substituir a dependência de estruturas existentes, como a UEMOA, da qual os países ainda fazem parte devido à persistência do uso do franco CFA, moeda vinculada ao Tesouro francês (Kohnert, 2024). O abandono do franco CFA evidencia-se como objetivo estratégico da AES, em consonância com a agenda de emancipação econômica e consolidação da soberania (Ndah, Edet, Nkwati, Julius, & Nso, 2025; Kohnert, 2024).

O abandono do franco CFA e a criação de uma nova moeda regional, cogitada como “Sahel”, surgem como componentes centrais desse novo projeto confederal (Ndah, Edet, Nkwati, Julius, & Nso, 2025). A proposta de uma moeda própria está vinculada à busca por autonomia, autodeterminação e soberania monetária (Kohnert, 2024). No entanto, especialistas apontam para riscos significativos: emissão descontrolada de moeda, episódios inflacionários, e instabilidade nos preços de importações, o que poderia ampliar a vulnerabilidade econômica desses países, já afetados pela pobreza, fome, conflitos armados e fragilidades estruturais (Kipo-Sunyhzi & Lambon, 2025).

A transição para uma confederação política e econômica enfrenta, contudo, desafios substanciais. Entre eles, destacam-se a dependência econômica da agricultura e da ajuda externa, os riscos ambientais — como a desertificação, a cessação do comércio intra-regional provocada pela ruptura com a CEDEAO, e a ausência de uma harmonização monetária e fiscal eficaz (Sissoko, Amadou, & Lamine, 2024). A retirada dos três países da CEDEAO, formalizada em 28 de janeiro de 2024, também interrompeu importantes canais de comércio e investimento regional, afetando especialmente os setores agrícola e mineral, aumentando a volatilidade econômica e a exposição a choques externos (Sissoko, Tangara, & Dembele, 2024).

### *5.3. Do Ocidente ao “Oriente”*

O distanciamento em relação ao Ocidente pode ser atribuído a diversos fatores interconectados. Em primeiro lugar, a insatisfação popular com os resultados limitados das intervenções ocidentais no combate ao terrorismo, bem como o legado colonial francês ainda presente nas relações diplomáticas e militares, geraram crescente

hostilidade interna aos antigos parceiros (Sandor, Frowd, & Hoñke, 2025). Em segundo lugar, a imposição de sanções econômicas por parte da CEDEAO e de países ocidentais após os golpes militares nesses países agravou a crise socioeconômica, contribuindo para o colapso da confiança mútua e impulsionando os países da AES a buscar alternativas externas ((Horak, Drmotova, Stodola, & Kutej, 2024).

Tem-se, desta forma, observado um realinhamento estratégico na política externa e de segurança da AES. Esse processo tem resultado em uma viragem deliberada do eixo de cooperação, da tradicional influência ocidental para o fortalecimento de relações com potências orientais, como Rússia, China, Irão e Turquia (Kipo-Sunyezi & Lambon, 2025; Kohnert, 2024).

A Rússia emergiu como o principal parceiro militar da AES, substituindo as forças francesas e americanas que se retiraram da região (Jabo, 2024). A cooperação russa baseia-se em acordos militares, fornecimento de armas e treinamento de forças locais (Sylla, 2024), sem a imposição de condicionalidades políticas ou institucionais, como faziam os parceiros ocidentais ao requerer a promoção de valores democráticos ou dos direitos humanos (Institute for Economics & Peace, 2025; Vasudeo, 2024). Mais, Moscovo tem demonstrado apoio aos governos da AES, pelo que a cooperação com Moscovo é percebida como respeitosa à soberania do Burkina Faso, Mali e Níger (Adefisoye & Titus, 2025; Sandor & Berlingozzi, 2025).

Enquanto a Rússia destaca-se na esfera militar, a China ocupa um papel mais robusto no campo econômico. Pequim busca consolidar a sua presença estratégica e influência econômica e política na região através de investimentos em setores como mineração, petróleo, urânio, gás natural e lítio. No entanto, o envolvimento financeiro chinês tem sido limitado pela preocupação com os altos níveis de endividamento dos países da AES, o que restringe o fluxo de capital direto para grandes projetos de infraestrutura (Institute for Economics & Peace, 2025; Kipo-Sunyezi & Lambon, 2025; Humza & Irrum, 2025).

Além da Rússia e da China, outros atores orientais têm demonstrado interesse na região do Sahel. O Irão, por exemplo, está envolvido em acordos de importação de urânio e exportação de geradores, buscando aprofundar a sua influência energética. A Turquia, por outro lado, tem adotado uma abordagem mais *soft power*, por meio de iniciativas culturais, ajuda humanitária e cooperação econômica, tentando balancear o seu papel

estratégico no mundo islâmico e africano (Kipo-Sunyezi & Lambon, 2025;vKohnert, 2024).

Tal movimento de reorientação geopolítica levanta preocupações sobre uma possível substituição da dependência ocidental por novas formas de dependência: um neocolonialismo de farda russa e capital chinês. A troca de apoio militar por concessões de mineração, por exemplo, pode comprometer a soberania econômica a longo prazo, embora, no curto prazo, possa fornecer estabilidade política e reforço institucional (Sylla, 2024).

Mais, os novos parceiros não-ocidentais têm investido em atividades econômicas, muitas vezes irregulares e ilícitas, como a extração de minérios (Vasudeo, 2024; Okoli, 2024), fatores que põem em causa a cooperação com estes atores. Além disso, a percepção negativa da atuação do Grupo Wagner em terreno da AES, somado à realocação de tropas do grupo para a Ucrânia, contribui para a desconfiança para com a Rússia, ainda que Moscovo invista em campanhas pró-russas nas redes sociais e mídias locais (Institute for Economics & Peace, 2025; Adefisoye & Titus, 2025).

## 6. CONCLUSÃO

A presente dissertação analisou as dinâmicas de desenvolvimento e a evolução das relações de cooperação internacional nos Estados do Sahel —Burkina Faso, Mali e Níger — à luz da Teoria do Sistema-Mundo e com foco nas dinâmicas externas, sem prejuízo do reconhecimento da relevância dos fatores domésticos na manutenção da dependência. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que o desenvolvimento na região tem sido profundamente condicionado por estruturas externas, resultantes de um sistema internacional hierarquizado, a qual posiciona esses Estados na periferia da economia-mundo capitalista.

A abordagem tradicional de desenvolvimento, imposta pelas potências centrais ao longo do século XX e nas duas décadas do século XXI, não promoveu transformações estruturais nas economias sahelianas. Pelo contrário, manteve as bases coloniais de especialização primária, dependência tecnológica e fragilidade institucional. Os programas e acordos pós-independência, firmados com a França, União Europeia e outros parceiros ocidentais, embora apresentados como uma ferramenta para o mútuo desenvolvimento, reproduziram mecanismos de subordinação, perpetuando a dependência económica, financeira e militar das ex-colónias para com as potências ocidentais que possuíam influência na região ao decorrer das últimas décadas.

A crescente insatisfação com os resultados da cooperação tradicional em termos de desenvolvimento e segurança, tem levado, nos últimos anos, à substituição por novos parceiros internacionais, nomeadamente Rússia, China e Turquia. Esse realinhamento geopolítico, militar e económico reflete uma busca por alternativas ao modelo hegemónico ocidental. Contudo, como demonstrado nos casos analisados, a “deslocação” da cooperação não representou, até agora, uma ruptura com os padrões de exploração e dependência.

A análise das publicações académicas e de organismos internacionais sobre esta questão, até à presente data, demonstra que os novos parceiros mantém uma postura exploratória que reproduz o carácter de dependência presente na cooperação ocidental. A Rússia, a China, a Turquia, e alguns outros Estados em menor grau, têm investido nos setores de segurança, defesa, infraestruturas e mineração, mantendo uma lógica de trocas

assimétricas. Nenhum desses modelos prioriza o desenvolvimento autónomo, sustentável e inclusivo da região. Ao contrário, reforçam o papel do Sahel como fornecedor de matérias-primas e território de disputa geoestratégica contra as potências ocidentais.

Conclui-se, portanto, que a mudança de parceiros internacionais, sem a alteração da lógica estrutural de dependência, é insuficiente para promover o desenvolvimento dos países do Sahel. A superação da condição periférica exige, não apenas mudanças institucionais internas, mas sobretudo a contestação do lugar subordinado que lhes é imposto no sistema-mundo capitalista.

Os Estados do Sahel têm-se movimentado a fim de encontrar caminhos para o desenvolvimento sustentado pela soberania nacional, a independência para com agentes externos e o protagonismo dos povos sahelianos, de acordo com as suas necessidades. A criação da Aliança dos Estados do Sahel, um pacto militar de mútua defesa, e a sua evolução para uma Confederação, com teor político e económico, são o resultado dos esforços do Burkina Faso, Mali e Níger para reivindicar a sua autonomia face ao sistema internacional e emancipação da sua posição como Estados periféricos e dependentes de potências estrangeiras.

Em suma, o desenvolvimento do Burkina Faso, Mali e Níger é historicamente condicionado por estruturas externas de dependência, impostas por um sistema internacional hierárquico que põe estes Estados em sua base. A fim de ultrapassar a condição de dependência, os países em questão têm vindo a deslocar a fonte da cooperação internacional para o seu desenvolvimento: dos parceiros tradicionais ocidentais para alternativas como a Rússia, a China e a Turquia. Tal mudança, entretanto, não tem ainda evidenciado resultados positivos evidentes, numa ruptura da dinâmica anterior, pautada na exploração e subordinação. Por fim, ainda que incipiente, o investimento na Aliança dos Estados do Sahel representa um grande esforço por parte dos membros para assumir o protagonismo do próprio desenvolvimento, ainda que com o apoio de forças externas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abiodun, T. F., Oluwasegun, A. J., & Adebola, A. F. (2020). Environmental Problems, Insecurity In The Sahel Region And Implications For Global Security. *Ibadan Journal of Peace & Development*, 10(1), pp. 165-180.
- Adefisoye, T. O., & Titus, U. M. (2025). The emergence of AES States: a positive development in tackling insecurity in the Sahel? *Security Science Journal*, 6(1), pp. 145-161.
- African Defense Forum, 2025. Níger Suspende Serviços de Vigilância da Rússia e da Turquia. Disponível em <https://adf-magazine.com/pt-pt/2025/06/niger-suspende-servicos-de-vigilancia-da-russia-e-da-turquia/>
- Adu, Y. N., & Mezyaev, A. (2023). The conflict between Ecowas and Mali: international legal and political aspects. *International Organisations Research Journal*, 18(1), pp. 70-189.
- Agnew, J. (2021). Immanuel Wallerstein, the “modern world-system,” and radical human geography. *Human Geography*, 14(1), pp. 17–30.
- Ajl, M. (2022). Tracing the Land in Dependency and World-Systems Theories. Em J. Saturnino M. Borrás, & J. C. Franco, *The Oxford Handbook of Land Politics*.
- Akinyetun, T. S. (2023). From Epidemic to Pandemic: Covid-19, Insecurity and Development in the Sahel. *Africa Development*, 48(2), pp. 61-86.
- Akinyetun, T. S., Ogunbodede, N. E., Ahoton, S. A., & Alausa, J. A. (2023). Rise of autocracy in Africa in the context of resource curse theory. *Research in Social Change*, 15(1), pp. 27-39.
- Alalykin-Izvekov, V. (2020). Honoring A Giant: Immanuel Wallerstein And His Contributions to Social Sciences. *Comparative Civilizations Review*, 82(82), pp. 52-62.
- Altin, O. (2022). Normative power policy in European Union-Africa relations in the context of the Cotonou Agreement and the economic partnership agreements and its impacts on empowering Africa. *Yönetim ve Ekonomi Araştırmaları Dergisi / Journal of Management and Economics Research*, 20(3), pp. 123-151.

- Asad, Z. (2022). Immanuel Wallerstein's Theory of the World System, Geopolitics and Geoculture. *ENDLESS: International Journal of Future Studies*, 5(2), pp. 157-169.
- Badewa, A. S. (2022). Regional security complex: The Boko Haram menace and socio-economic development crises in the Sahel. *Conflict, Security & Development*, 22(4), pp. 321-343.
- Baldaro, E. (2021). Rashomon in the Sahel: Conflict dynamics of security regionalism. *Security Dialogue*, 52(3), pp. 266–283.
- Bangura, Y. (2022). Russia's invasion of Ukraine: What does it mean for Africa? *CODESRIA Bulletin Online*, 7, pp. 1-9.
- Bertrand, E., Chafer, T., & Stoddard, E. (2024). (Dis)utilities of Force in a Postcolonial Context: Explaining the Strategic Failure of the French-Led Intervention in Mali. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 18(3), pp. 286-305.
- Besenyő, J., & Sólyomfi, H. A. (2024). Mali: Safe haven to terrorists? Em J. Besenyő, L. Issaev, & A. Korotayev, *Terrorism and Political Contention: New Perspectives on North Africa and the Sahel Region* (pp. 153-167).
- Cabestan, J.-P. (2018). Beijing's 'Going Out' Strategy and Belt and Road Initiative in the Sahel: The Case of China's Growing Presence in Niger. *Journal of Contemporary China*, 28(118), pp. 1-22.
- Calhoun, C. (2023). Immanuel Wallerstein and the Genesis of World-Systems Analysis. *Journal of World-Systems Research*, 29(2), pp. 257-285.
- Carbone, M. (2018). Caught between the ACP and the AU: Africa's relations with the European Union in a post-Cotonou Agreement context. *South African Journal of International Affairs*, 25(4), pp. 481-496.
- Chafer, T. (2017). Decolonization in French West Africa. *Oxford Research Encyclopedia of African History*, pp. 1-29.

- Chafer, T., Cumming, G. D., & Velde, R. v. (2020). France's interventions in Mali and the Sahel: A historical institutionalist perspective. *Journal of Strategic Studies*, 43(4), pp. 482-507.
- Charbonneau, B. (2021). Counter-insurgency governance in the Sahel. *International Affairs*, 97(6), pp. 1805-1823.
- Chigozie, C. F., & Oyinmiebi, P. T. (2022). Resurgence of Military Coups in West Africa: Implications for ECOWAS. *African Journal of Social Sciences and Humanities Research*, 5(2), pp. 52-64.
- Christofis, N. (2019). World-Systems Theory. Em *The Palgrave Encyclopedia of Global Security Studies*. Springer Nature Switzerland.
- Cobbett, E. (2021). Geopolitics of Finance in Africa: Birth of financial centres, not monetary unions. Em M. B. Gadha, F. Kaboub, K. Koddenbrock, I. Mahmoud, & N. S. Sylla, *Economic and Monetary Sovereignty in 21st Century Africa* (pp. 196-216). Pluto Press.
- Coburger, C. (2021). The West African CFA Franc Zone as a Double Monetary Union: Loss of economic competitiveness and anti developmental path-dependencies. Em M. B. Gadha, F. Kaboub, K. Koddenbrock, I. Mahmoud, & N. S. Sylla, *Economic and Monetary Sovereignty in 21st Century Africa* (1 ed., pp. 131-157). Pluto Press.
- Cold-Ravnkilde, S. M., & Jacobsen, K. L. (2020). Disentangling the security traffic jam in the Sahel: constitutive effects of contemporary interventionism. *International Affairs*, 96(4), pp. 855–874.
- Cooper, B. (2018). The Sahel in West African History. *African History*, pp. 1-28.
- Cooper, F. (2018). The Politics of Decolonization in French and British West Africa. *African History*, pp. 1-21.
- Costa, C. M., & Li, Y. (2025). Evolving Africa–EU relations: changes in discourse from the Cotonou Agreement to the Samoa Agreement. *Canadian Journal of African Studies*, 59(1), pp. 67-90.

- Cross, H. (2021). The CFA Franc Under Neoliberal Monetary Policy: A labour-focused approach. Em M. B. Gadha, F. Kaboub, K. Koddenbrock, I. Mahmoud, & N. S. Sylla, *Economic and Monetary Sovereignty in 21st Century Africa* (1 ed., pp. 158-174). Pluto Press.
- Davi, M. (2020). Burkina Faso and the Sahel Crisis: What Options for Italian Foreign Policy? *Istituto Affari Internazionali*, 20(38), pp. 1-6.
- Decaluwé, B., Dissou, Y., & Patry, A. (2001). Union douanière au sein de l'UEMOA: Une analyse quantitative. *Revue économique*, 52(4), pp. 811-830.
- Dorsey, J. M. (2023). Africa and Afghanistan the Current Hotspots, But Jihadists Also Eye China and Russia. *Counter Terrorist Trends and Analyses*, 15(2), pp. 1-6.
- Drieghe, L. (2020). The first Lomé Convention between the EEC and ACP group revisited: bringing geopolitics back in. *Journal of European Integration*, 42(6), pp. 783-798.
- Duarte, F. P. (2024). Information Disorder and Civil Unrest Russian Weaponization of Social Media Platforms in Mali and Burkina Faso – 2020–2022. *African Security*, 17(3-4), pp. 205-223.
- Dzekashu, W. G. (2021). French Economic and Monetary Policies in Francophone Africa: A Barrier to Economic Development in the Central and West African Monetary Zones. *Archives of Business Research*, 9(11), pp. 51-68.
- Erforth, B. (2020). Multilateralism as a tool: Exploring French military cooperation in the Sahel. *Journal of Strategic Studies*, 43(4), pp. 560-582.
- Faria, R. (2015). As Convenções de Yaoundé e de Lomé como primeiros acordos de cooperação entre os continentes europeu e africano. *Working Papers CEsA*, 133(1).
- Fröhlich, S. (2020). Françafrique lives on. *Deustch Welle*.
- Fyanka, B. B., Popoola, A., & Ogundeji, S. (2024). Mercenaries, Private Military Companies (PMC's) and the 'New Scramble' for Africa: The Interplay of

- Economics, Geopolitics and Shifting Alliances from the ‘Old’ to the ‘New Scramble’. *Pakistan Journal of Life and Social Sciences*, 22(2), pp. 3971-3981.
- Gözkaman, A. (2023). The European Union - Sahel Relations: An Elusive Nexus Between Development and Security. *International Congress on Eurasian Economies*, (pp. 394-400).
- Gilpin, S. I. (2023). China, Africa and the International Aid System: A Challenge to (the Norms Underpinning) the Neoliberal World Order? *Journal of Asian and African Studies*, 58(3), pp. 277-297.
- Grütjen, K. (2024). Current developments in West Africa's regional integration: Challenges for the future design of foreign and development policy. *IDOS Policy Brief*, 6(1).
- Horak, L., Drmotova, K., Stodola, P., & Kutej, L. (2024). Building the ‘Russieafrique’: Russian Influence Operations Changing the Geopolitics in the Sahel. *Strategic Review for Southern Africa*, 46(1), pp. 84-106.
- Humza, A., & Irrum, S. (2025). The Alliance of Sahel States: Assessing Impacts and Lessons. *Pakistan Journal of Social Sciences*, 45(1), pp. 91-106.
- Idrissa, A. (2022). History of Niger. *African History*, pp. 1-17.
- Institute for Economics & Peace. (2025). Global Terrorism Index 2025. pp. 1-107.
- Jabo, S. M. (2024). Economic Community of West African States (ECOWAS) and the Exit of Three Member States: Challenges on the Continuity of Organisational Cooperation. *The Journal of Diplomacy and Foreign Relations*, 21(1), pp. 45-60.
- Jacob, F. (2023 A). Wallerstein 2.0: Thinking and Applying World-Systems Theory in the 21st Century. Em F. Jacob, *Wallerstein 2.0: Thinking and Applying World-Systems Theory in the 21st Century* (pp. 7-32). Transcript.
- Jacob, F. (2023 B). Global History, World History, and Wallerstein’s World-Systems Theory as Definitional Caesuras. Em F. Jacob, *Wallerstein 2.0: Thinking and Applying World-Systems Theory in the 21st Century* (pp. 33-48). Transcript.

- Juvan, J. (2024). The cumulative effects of conflict drivers in the Sahel region. *Contemporary Military Challenges*, 26(2), pp. 47-58.
- Kazeem, O. S. (2024). Dynamics of conflict in the Sahel: Mali, Burkina Faso and Niger. *FUOYE International Journal of Criminology and Security Studies*, 3(2), pp. 58-79.
- Kehinde, T. B. (2024). French Colonial Policies in West Africa: Power Dynamics, Cultural Impositions and Economic Legacies. *International Journal of Advances in Social Sciences and Humanities*, 3(1), pp. 8-17.
- Kipo-Sunyehzi, D. D., & Lambon, P. J. (2025). Military Coups in West Africa: An Analysis of the Formation of the Alliance of Sahel. *Africa Review*, pp. 1-14.
- Koddenbrock, K. (2020). Hierarchical multiplicity in the international monetary system: from the slave trade to the Franc CFA in West Africa. *Globalizations*, 17(3), pp. 516-531.
- Kohnert, D. (2023). ECOWAS, once an assertive power in West Africa, reduced to a paper tiger?
- Kohnert, D. (2024). Naviguer dans les rivalités: perspectives de coexistence entre la CEDEAO et l'AES en Afrique de l'Ouest. *GIGA-Institute for African Affairs*, pp. 1-20.
- Korotayev, A., Issaev, L., Ilyina, A., Zinkina, J., & Voronina, E. (2024). Revolutionary History of Niger: From Independence to 2023 Coup. Em J. Besenyő, L. Issaev, & A. Korotayev, *Terrorism and Political Contention: New Perspectives on North Africa and the Sahel Region* (pp. 169-194).
- Kufuor, K. O. (2025). The Rupture of the Economic Community of West African States. *Global Journal of Comparative Law*, 14(1), pp. 1-21.
- Kumah-Abiwu, F. (2022). Africa's security landscape of securitised-development and human rights issues. *African Security Review*, 31(1), pp. 99-114.
- Kuran, İ. (2024). Are Dependency Theory and Modern World-System Analysis Relevant Today? *Politik Ekonomik Kuram*, 8(2), pp. 332-344.

- Kutz, W. (2021). Between dependency and engagement: Centring subaltern geopolitics in multiperspectival border studies. Lessons from the Western Sahara. *Political Geography*, 89, pp. 1-9.
- Löscher, A. (2021). Being Poor in the Current Monetary System: Implications of foreign exchange shortage for African economies and possible solutions. Em M. B. Gadhia, F. Kaboub, K. Koddenbrock, I. Mahmoud, & N. S. Sylla, *Economic and Monetary Sovereignty in 21st Century Africa* (pp. 259-283). Pluto Press.
- Lenger, F. (2021). Wallerstein on early modern capitalism and global inequality: a reevaluation. *Socio*, 15, pp. 49-70.
- Martins, C. E. (2021). As teorias do Sistema-Mundo na transição para o longo século XXI. *Revista Reorienta*, 1(1), pp. 44-66.
- McCann, G. (2020). The rise and fall of associationism: The Yaoundé and Lomé conventions. *Studia z Polityki Publicznej / Public Policy Studies*, 7(3), pp. 9-29.
- McCullough, A., & Sandor, A. (2024). Briefing: How a mutiny became a(nother) coup: The politics of counterinsurgency and international military partnerships in Niger. *African Affairs*, 122(489), pp. 587–601.
- Medushevskiy, N. A., & Shishkina, A. R. (2022). Modern French Policy on the African Continent: Transformations of a Françafrique Model. *Journal of Asian and African Studies*, 57(6), pp. 1141-1157.
- Mensah, A. N., & Aning, K. (2022). Russia Resurgent? Untangling the Role and Meaning of Moscow's Proxies in West Africa and the Sahel. *Strategic Review for Southern Africa*, 44(1).
- Mouffok, N.-E., Tall, M. H., & Sissoko, A. (2023). L'optimalité monétaire de la zone CEDEAO peut-elle aboutir à la création d'une nouvelle monnaie commune? *Journal Of North African Economies*, 19(32), pp. 239-254.
- Mounira, B. (2025). New Regionalism and Achieving Security. *Algerian review of humane security January 2025*, 10(1), pp. 117-143.

- Mustapha, A. B. (2024). Türkiye-Alliance of Sahel States Relations: A Preliminary Appraisal. *Insight Turkey*, 26(3), pp. 203-221.
- Ndah, N. M., Edet, L. A., Nkwati, N. D., Julius, N., & Nso, M. A. (2025). The Sahel Crisis and its Ramifications on International Relations. *World Wide Journal of Multidisciplinary Research and Development*, 11(2), pp. 22-32.
- Obasi, N. (2023). ECOWAS, Nigeria and the Niger Coup Sanctions: Time to Recalibrate. *International Crisis Group*, pp. 1-9.
- Odhiambo, M., & Chitiga, R. (2016). The Economic Community of West African States. Em M. Odhiambo, & R. Chitiga, *The Civil Society Guide to Regional Economic Communities in Africa* (pp. 51-94).
- Odijie, M. E. (2022). nintentional neo-colonialism? Three generations of trade and development relationship between EU and West Africa. *Journal of European Integration*, 44(3), pp. 347–363.
- Oduoye, M. O., Ubechu, S. C., Zafar, H., Noor, Z., Oyeleke, U. A., & Agbeyewo, G. T. (2024). Humanitarian crisis amid the military coup in Niger republic; what went wrong? *Health Science Report*, 7(6), pp. 1-8.
- Ogbologu, O. B. (2025). The Principle Pacta Sunt Servanda: The Alliance of Sahel States and Treaty Termination with France. *PERSPEKTIF*, 14(2), pp. 407-421.
- Okafor, J. C., Ononogbu, O. A., Ojimba, A. C., & Ani, C. C. (2023). Trans-border Mobility and Security in the Sahel: Exploring the Dynamics of Forced Migration and Population Displacements in Burkina Faso and Mali. *Society*, 60, pp. <https://doi.org/10.1007/s12115-023-00859-4>.
- Okoli, A. C. (2024). The State and Complex Threat Syndrome in the Sahel: Conflict, Crime, and Terror. *Society*, 61(5), pp. 479-488.
- Okunade, S. K., & Ogunnubi, O. (2021). A “Schengen” Agreement in Africa? African Agency and the ECOWAS Protocol on Free Movement. *Journal of Borderlands Studies*, 36(1), pp. 119-137.

- Osuchukwu, C. N., Iteke, W. C., & Emesiani, I. G. (2025). The Alliance of Sahel States and the Future of West African Regional Integration. *Direct Research Journal of Social Science and Educational Studies*, 13(1), pp. 27-38.
- Ouedraogo, L. U., & Zhang, D. (2020). The Impact of China-Burkina Faso Trade on Burkina Faso Economic Growth. *Journal of Economics and Sustainable Development*, 11(22), pp. 57-66.
- Pereira, A. D., & Xerri, S. G. (2020). O Sistema Mundial Contemporâneo: Uma Contribuição para o Debate sobre Desenvolvimento na Teoria Do Sistema-Mundo. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 9(18), pp. 41-65.
- Piombo, J., Kallel, L., & Englebort, P. (2024). Understanding the Dynamics of State Responses to Security Threats in the Sahel. *African Security*, 17(3-4), pp. 224-250.
- Plank, F., & Bergmann, J. (2021). The European Union as a Security Actor in the Sahel: Policy Entrapment in EU Foreign Policy. *European Review of International Studies*, 8(1), pp. 382-412.
- Plys, K. (2021). Theorizing Capitalist Imperialism for an Anti-Imperialist Praxis: Towards a Rodneyan World-Systems Analysis. *Journal of World-Systems Research*, 27(1), pp. 288-313.
- Rapanyane, M. B., & Sethole, F. R. (2020). An Afrocentric critique of China's security concerns in Africa: The cases of Mali and South Sudan. *Journal Public Affairs*, 20(3), pp. 1-8.
- Recchia, S. (2020). A legitimate sphere of influence: Understanding France's turn to multilateralism in Africa. *Journal of Strategic Studies*, 43(4), pp. 508-533.
- Reinsberg, B., Bujnoch, L., & Shaw, D. O. (2024). Revisiting the security–development nexus: Human security and the effects of IMF adjustment programmes. *Conflict Management and Peace Science*, 41(1), pp. 72-95.

- Rogers, J., & Goxho, D. (2023). Light footprint—heavy destabilising impact in Niger: why the Western understanding of remote warfare needs to be reconsidered. *International Politics*, 60(1), pp. 790-817.
- Royer, P. (2021). The Colonial History of Burkina Faso. *African History*, pp. 1-24.
- Saidou, A. K. (2023). Guerre et formation de l'État au Sahel. *Afrique et Développement*, 48(4), pp. 1-28.
- Sakr, R. L. (2021). From Colonialism to Regionalism: The Yaoundé Conventions (1963–1974). *International and Comparative Law Quarterly*, 70(2), pp. 449–489.
- Sakr, R. L. (2023). Regionalism as development: The Lomé Conventions I and II (1975–1985). *Leiden Journal of International Law*, 36(1), pp. 33-59.
- Sandor, A., & Berlingozzi, L. (2025). Grassroots Geopolitical Imaginaries in the Sahel: Civil Society Security Narratives in Burkina Faso and Niger. *Geopolitics*.
- Sandor, A., Frowd, P. M., & Hoñke, J. (2025). Productive failure, African agency, and security cooperation in West Africa: The case of the G5 Sahel. *European Journal of International Security*.
- Santos, R. d., & Varela, R. (2018). Santa & Varela, 2018. O Maio de 68 na Europa – Estado e Revolução. *Direito & Práxis*, 9(2), pp. 969-991,
- Seiyefa, E. (2023). Exploring lapses in West Africa's security architecture and their implications for regional security. *South African Journal of International Affairs*, 30(2), pp. 641-659.
- Siloko, B. E. (2024). Human security, sustainable livelihoods and development: the case of the Niger Delta region in Nigeria. *Global Discourse*, 20(20), pp. 1-22.
- Sissoko, E. F., Amadou, L., & Lamine, A. (2024). L'économie post-CEDEAO: Défis et opportunités pour le Mali, le Burkina Faso et le Niger. *International Journal of Accounting, Finance, Auditing, Management and Economics*, 5(1), pp. 289-307.
- Sissoko, E. F., Tangara, T., & Dembele, K. (2024). Retrait des pays de l'AES de la CEDEAO : Analyse théorique des conséquences macroéconomiques.

*International Journal of Strategic Management and Economic Studies*, 3(2), pp. 576-597.

Sobczyk, K. (2023). Understanding ‘dependency’ through the comparative capitalisms framework: conceptualisation of Greece as a dependent market economy. *New Political Economy*, 28(6), pp. 925-941.

Stender, F., Berger, A., Brandi, C., & Schwab, J. (2021). The Trade Effects of the Economic Partnership Agreements between the European Union and the African, Caribbean and Pacific Group of States: Early Empirical Insights from Panel Data. *Journal of Common Market Studies*, 59(6), pp. 1495–1515.

Sylla, N. S. (2024). The crisis of French imperialism: debating military coups in Africa. *Ndongo Samba Sylla*, 51(181), pp. 469-496.

Tardy, T. (2020). France’s military operations in Africa: Between institutional pragmatism and agnosticism. *Journal of Strategic Studies*, 43(4), pp. 534-559.

Thelma, C. C., Phiri, E. V., Sain, Z. H., Gilbert, M. M., Shogbesan, Y. O., & Mulenga, D. M. (2024). French colonialism and neocolonialism in Africa: A comprehensive analysis. *World Journal of Advanced Research and Reviews*, 23(3), pp. 2062–2073.

Thiam, M. (2020). The History of Mali: Connectivity and State Formation since the 18th Century. *African History*, pp. 1-26.

Thiombiano, D., & Zhang, Z. (2020). The impact of China on the agency and negotiating power of African countries: Cases of Angola and Niger. *African Journal of Political Science and International Relations*, 14(1), pp. 1-12.

Trouzine, B., & Abdellaoui, D. (2025). American Soft Approach in Niger and balance between sovereignty and interference principles. *Algerian Journal of Legal and Political Sciences*, 62(1), pp. 152-168.

Trusina, I., & Jermolajeva, E. (2021). The scientific discourse on the concept of sustainable development. *Eastern Journal of European Studies*, 12(2), pp. 298-322.

- Tuki, D. (2024). What does the population in Niger think about a military government? *Democratization*, 31(8), pp. 1740-1765.
- Tull, D. M. (2021). Contesting France: Rumors, Intervention and the Politics of Truth in Mali. *Critique internationale*, 90(1), pp. 151-171.
- Udegbunam, C. U. (2020). Neo-colonialism and Africa's Development: A Critical Review. *Public Policy and Administration Research www.iiste.org*, 10(10), pp. 69-86.
- Vasudeo, K. (2024). The Sahel Region and Russia: Military Cooperation. *History Research Journal*, 31(4), pp. 51-62.
- Vuma, S. L., Shai, K. B., Rapanyane, M. B., Marong, M. N., & Bah, M. (2022). An Afrocentric Criticism of World Systems Analysis as a Critical Theory in International Relations. *African Journal of Political Science*, 10(2), pp. 53-62.
- Wadzani, S. B., Emmanuel, O. K., & Ogwuche, A. E. (2023). The nexus between armed conflict, security, peace education and development in Nigeria. *Wukari International Studies Journal*, 7(3), pp. 217-235.
- Welz, M. (2022). The African Union, France, and Conflict Management in Mali: Preferences, Actions, and Narrations. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 16(3), pp. 287-305.
- Wilén, N. (2021). Analysing (In)formal Relations and Networks in Security Force Assistance: The Case of Niger. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 15(5), pp. 580-597.
- Zhu, Y., & Gao, W. (2024). The Sahel on the edge of the abyss? Why U.S. counterterrorism engagement has failed to achieve its goal? *Frontiers in Political Science*, 6(1), pp. 1-10.